



UNIFAP
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

NAILTON DOS SANTOS LOBATO

HISTÓRIA E NEGACIONISMO:
UM ESTUDO A PARTIR DO CASO DAVID IRVING VERSUS PENGUIN BOOKS E
DEBORAH LIPSTADT

Macapá/AP
2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

NAILTON DOS SANTOS LOBATO

**HISTÓRIA E NEGACIONISMO:
UM ESTUDO A PARTIR DO CASO DAVID IRVING VERSUS PENGUIN BOOKS E
DEBORAH LIPSTADT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (PPGH-Unifap) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Poder, Memórias e Representações.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior

Macapá/AP
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

L796 Lobato, Nailton dos Santos.

História e negacionismo: um estudo a partir do caso David Irving versus Penguin Books e Deborah Lipstadt / Nailton dos Santos Lobato. - Macapá, 2023.

1 recurso eletrônico. 83 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em História, Macapá, 2023.

Orientador: Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Holocausto. 2. História. 3. Negacionismo. I. Alves Júnior, Alexandre Guilherme da Cruz, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 940.5318

NAILTON DOS SANTOS LOBATO

**HISTÓRIA E NEGACIONISMO:
UM ESTUDO A PARTIR DO CASO DAVID IRVING VERSUS PENGUIN BOOKS E
DEBORAH LIPSTADT**

Aprovada em: 03/05/2023

Banca Examinadora:

Profº. Dr. Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior (Orientador/ UNIFAP)

Profª. Dra. Tatiana Silva Poggi de Figueiredo (UFF)

Profº. Dr. Iuri Cavlak (UNIFAP)

Macapá/AP

2023

Dedico aos meus pais, Manoel Sanches Lobato e Maria Aires dos Santos, por terem feito tudo o que podiam para que seus filhos pudessem estudar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Manoel Sanches Lobato e Maria Aires dos Santos, por terem me proporcionado a oportunidade de estudar. Agradeço ao PPGH-UNIFAP, ao meu orientador Prof^o. Dr^o. Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por financiar e acreditar nesta pesquisa.

O erro só se propaga, só se amplia, só vive com uma condição: encontrar na sociedade em que se difunde um caldo de cultura favorável. Nele, inconscientemente, as pessoas exprimem os seus preconceitos, os seus ódios, os seus medos, todas as suas emoções fortes.

Marc Bloch

RESUMO

LOBATO, Nailton dos Santos. *História e negacionismo: um estudo a partir do caso David Irving versus Penguin Books e Deborah Lipstadt*. Macapá. 2023.83 f. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amapá. 2023.

O assassinato em massa dos judeus perpetrado pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial é conhecido no mundo inteiro. A existência do Holocausto há muito tempo é consenso entre os historiadores, que se apoiam em farta documentação. Sendo um fato bastante documentado não deveria ser contestado. Entretanto, enquanto a Europa se erguia das ruínas e os crimes nazistas ficavam cada vez mais conhecidos, grupos de pessoas passaram a desqualificá-los, relativizá-los ou negá-los. Publicaram livros, artigos, fizeram palestras, foram a TV e ao rádio apresentar suas versões da história. Dessa forma, os negacionistas se fizeram notar, causando indignação e perplexidade nos sobreviventes dos campos e nas demais pessoas. David Irving é um desses tantos negacionistas. Conhecido do público, foi alvo de comentários da historiadora norte-americana Deborah Lipstadt no livro *Negando o Holocausto: o crescente ataque à verdade e à memória* (1993). Irving alegando ter sido prejudicado moveu um processo contra Lipstadt. Então, mesmo fundamentando todas suas afirmações e críticas, a historiadora se viu ré em um litígio ocasionado por alguém que escreve sem nenhum rigor científico, que manipula as fontes segundo o que quer. Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa é discutir sobre história e negacionismo a partir do caso David Irving versus Penguin Books e Deborah Lipstadt. Para tal intento, utilizaremos como metodologia a pesquisa bibliográfica e as inúmeras fontes sobre esse embate.

Palavras-chave: Holocausto. História. Negacionismo. Revisionismo histórico. David Irving. Deborah Lipstadt.

ABSTRACT

LOBATO, Nailton dos Santos. *History and negationism: a study from the case of David Irving versus Penguin Books and Deborah Lipstadt*. Macapá. 2023.83f. Dissertation (Master in History)-Graduate Program in History, Federal University of Amapá.

The mass murder of Jews by the Nazis during World War II is known worldwide. The existence of the Holocaust has long been a consensus among historians, who rely on extensive documentation. Being a well documented fact should not be disputed. However, as Europe rose from the ruins and Nazi crimes became increasingly known, groups of people began to disqualify, relativize or deny them. They published books, articles, made lectures, were the TV and radio present their versions of the story. In this way, the deniers made themselves noticed, causing indignation and perplexity in the survivors of the camps and in other people. David Irving is one of those many deniers. Known to the public, he was the subject of comments by the American historian Deborah Lipstadt in the book *Denying the Holocaust: The Growing Assault on Truth and Memory* (1993). Irving claiming to have been harmed filed a lawsuit against Lipstadt. So, even basing all her statements and criticisms, the historian found herself in a litigation caused by someone who writes without any scientific rigor, who manipulates the sources according to what he wants. In this sense, the objective of this research is to discuss about history and negationism from the case of David Irving versus Penguin Books and Deborah Lipstadt. For this purpose, we will use as methodology the bibliographical research and the numerous sources on this clash.

Keywords: Holocaust. History. Negationism. Historical revisionism. David Irving. Deborah Lipstadt.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: HISTÓRIA, NEGACIONISMOS E PÓS-VERDADE.....	14
CAPÍTULO II: O REVISIONISMO NEGACIONISTA DO HOLOCAUSTO	30
CAPÍTULO III: A CONSTRUÇÃO DO EMBATE	46
CAPÍTULO IV: DAVID IRVING VERSUS PENGUIN BOOKS E DEBORAH LIPSTADT	57
4.1 A ESTRATÉGIA DE DEFESA.....	57
4.2 A HISTÓRIA PERANTE O NEGACIONISMO.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visou discutir o negacionismo na História a partir do embate judicial *David Irving versus Penguin Books e Deborah Lipstadt* na década de 1990, no qual a historiadora, escritora, professora universitária e pesquisadora do judaísmo moderno e do Holocausto foi processada pelo autor inglês ao acusá-lo de negacionista do assassinato em massa dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Tendo como premissa que o caso em questão oferecia excelente oportunidade para analisarmos a negação de fatos históricos, objetivamos discorrer sobre as diferenças entre pesquisas éticas e não éticas no campo da História, assim como as balizas que tornam a história válida cientificamente.

Em seu livro, *Negação: uma história real*,¹ Deborah Lipstadt conta como soube do processo movido por David Irving, autor de inúmeras obras sobre a Segunda Guerra Mundial e o Terceiro Reich, conhecido tanto entre os negacionistas quanto do público devido a suas polêmicas em relação ao extermínio dos judeus durante o referido conflito, apresentar opiniões condescendentes a Adolf Hitler. A referida historiadora lembra que recebeu uma carta da *Penguin Books*, editora britânica do seu livro *Denying the Holocaust: The Growing Assault on Truth and Memory*, um estudo acadêmico sobre o negacionismo do Holocausto, publicado em 1993.

Lipstadt afirma ter reservado alguns parágrafos em seu livro a Irving, descrevendo-o como um partidário de Hitler usando um cabresto, que distorceu indícios, manipulou documentos, alterou e deturpou dados a fim de obter conclusões históricas insustentáveis. Em um primeiro momento não deu muita atenção ao conteúdo da carta por achar aquilo uma ameaça vazia. Pediu, então, que sua assistente a enviasse para os advogados da *Penguin* com as fontes as quais fundamentara suas críticas a Irving, achando que apenas isso bastaria para por fim a questão.

Entretanto, aquilo era o início de um longo período de sua vida no qual seria exposta na mídia e em um tribunal onde não somente sua vida acadêmica estava sendo posta a prova como também o extermínios de milhões de judeus por alguém movido pelo que considerava um nítido antissemitismo, sem qualquer formação na área de História, que manipulava as fontes e tirava conclusões condizentes com suas posições ideológicas sem nenhum rigor científico.

¹ O título original da primeira edição deste livro, de 2005, chamava-se *History on Trial*, sendo, posteriormente, alterado para *Denial (Negação)*, título que também dá nome ao filme (2016) cujo enredo é baseado nesta obra.

O caso David Irving versus Penguin Books e Deborah Lipstadt tornou-se um objeto privilegiado para refletirmos sobre como operam os instrumentos dos negacionistas do Holocausto e, também, como o negacionismo afeta a escrita e a divulgação da História. Além disso, evidenciou os rígidos pilares da metodologia científica nos quais a História está assentada, que vêm sendo construídos há mais de um século.

Se por um lado, David Irving procura fundamentar suas posições valendo-se das mais fantasiosas alegações, sem nenhum rigor metodológico; por outro, está a equipe de advogados de Lipstadt mostrando por meio de evidências, interpretações sustentadas em documentos e dialogando com outras áreas do conhecimento que o Holocausto realmente aconteceu e qualquer um que diga o contrário está agindo com má-fé.

Para os objetivos deste trabalho, utilizaremos como metodologia a pesquisa bibliográfica e as inúmeras fontes sobre o embate judicial. A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo que analisa documentos de caráter científico: livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Tem como principal finalidade proporcionar aos pesquisadores e pesquisadoras contato direto com obras, artigos ou documentos sobre o estudo em questão.

Para Figueiredo (2007), o documento é o objeto comum de investigação tanto da pesquisa documental quanto da pesquisa bibliográfica. Contudo, o conceito de documento vai além de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito ou não escrito: filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos tais documentos servem para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, dependendo do interesse do pesquisador.

De acordo com Gil (2002, p.45):

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. [...] A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos.

Segundo Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica surge do levantamento de referências teóricas anteriormente analisadas e publicadas tanto por meios escritos como por eletrônicos: livros, artigos científicos, websites. É o pontapé inicial de qualquer trabalho científico, permitindo ao pesquisador conhecer o que já foi pesquisado e estudado sobre o assunto.

Contudo, há pesquisas científicas baseadas unicamente na pesquisa bibliográfica, com o intuito de procurar referências teóricas já publicadas para recolher informações ou conhecimentos prévios sobre um determinado problema e as perguntas que suscita (FONSECA, 2002). As pesquisas que investigam ideologias ou se propõem analisar diversas posições políticas sobre determinado problema são desenvolvidas quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2002).

A dissertação está estruturada em quatro capítulos nos quais se pretendeu discutir aspectos relacionados ao tema. Assim, no primeiro capítulo, intitulado *História, Negacionismos e Pós-verdade* foi discutido o conceito de negacionismo e pós-verdade e como estão cada vez mais presentes na sociedade atual, afetando divulgação não somente da História, mas de outras áreas do conhecimento.

O segundo capítulo, intitulado *O Revisionismo Negacionista do Holocausto*, discutiu como surgiu a relativização, desqualificação e negação do assassinato em massa dos judeus pelos nazistas. Procurou-se mostrar as principais figuras do movimento negacionista, suas características e agenda.

A diferença entre a escrita negacionista e a de historiadores foi discutida no terceiro capítulo, nomeado como *A Construção do Embate*. Aqui, se discute como o revisionismo do Holocausto é ideológico e como isso afeta a produção dos negacionistas. Discute-se também a diferença entre revisionismo de matriz ideológica e revisionismo histórico.

O quarto e último capítulo, *David Irving versus Penguin Books e Deborah Lipstadt*, discutiu elementos do julgamento protagonizado por David Irving e Deborah Lipstadt nos quais, de certa maneira, a História, enquanto área do conhecimento cientificamente válida, foi a protagonista. A intenção da equipe de Lipstadt não era provar que o Holocausto aconteceu, pois o consenso sobre esse evento já havia sido bem estabelecido pelos historiadores. O foco foi a escrita da história de Irving, seus métodos e conclusões.

CAPÍTULO I: HISTÓRIA, NEGACIONISMOS E PÓS-VERDADE

O século XX testemunhou a consolidação da História como área do conhecimento social e científico. Isso aconteceu devido ao surgimento de novos conceitos, metodologias, ampliação da noção de fontes históricas e objetos de pesquisa. Dessa forma, reis e rainhas deram espaço para pessoas comuns serem investigadas em seus mais variados aspectos a partir de bilhetes, correspondências, jornais, fotografias, lista de compras, música, vestuário e tantos outros registros que o historiador julgar necessário.

A história chega aos anos 2000 abrangendo temas, metodologias e teorias, de certa maneira, impensáveis no início dos noventa. Esse estado da arte alcançado pela disciplina se dá em grande medida pela *Escola dos Annales* que, de acordo com Peter Burkert (1991), fez uma revolução na historiografia e abriu caminhos para objetos de pesquisa como a história do cidadão comum, das mulheres, das crianças, dos excluídos e ampliou a noção de fontes.

Para José Carlos Reis (2000), a história social distinguiu-se da perspectiva tradicional. Mudou os objetos e os problemas disciplinares. Um mundo histórico mais durável, mais estruturado, mais resistente às mudanças apareceu.

Nesse mundo, revelado pela inclusão da consideração da permanência no olhar do historiador, as ações humanas são percebidas como coletivas, inconscientes, anônimas, repetitivas; a documentação é involuntária, massiva, menos política e biográfica. O conhecimento histórico pode incluir a quantidade, o conceito, a análise, a problematização, pois não trata mais de um mundo histórico volátil, sustentado e suspenso por um final especulativamente antecipado, mas de um mundo histórico estruturado, durável, lento. A história, portanto, renovou-se teórico-metodologicamente de forma profunda a partir da reconstrução do tempo histórico pelos Annales (REIS, 2000, p.21).

Para dar conta das novas abordagens, foi necessário que as técnicas e os métodos da história fossem renovados. Além disso, a renovação dos objetos de pesquisa exigiu a mudança no conceito de fonte histórica. A documentação será pertinente ao campo econômico-social-mental, fazendo com que documentos relacionados à vida cotidiana das chamadas massas anônimas, à sua vida produtiva, às suas crenças passassem a ser considerados.

Desse modo, listas de preços, de salários, séries de certidões de batismo, óbito, casamento, nascimento, fontes notariais, contratos, testamento, inventário, tudo o que pode ser usado para vencer as lacunas e os silêncios das fontes é usado. O esforço de historiadores no círculo da revista *Annales* para inventar, reinventar ou reciclar fontes históricas permitiu a

utilização dos escritos de todos os tipos: psicológicos, orais, estatísticos, plásticos, musicais, literários, poéticos, religiosos. Utilizaram também da documentação e técnica de outras áreas como, apenas para citar alguns exemplos, economia, demografia, direito, arqueologia (REIS, 2000).

As teorias e métodos criados não apenas na área da história pretendem chegar ao que se entende por verdade no campo das ciências humanas. No caso da história, grosso modo, falamos em regimes de verdade ancorados no que pode ser verificável.

Foi também na segunda metade do século XX que uma forma particular de se contrapor ao conhecimento científico se espalhou e, nas primeiras décadas dos anos 2000, grassou as diversas áreas da ciência. Com isso, produções e consensos científicos passaram a ser questionados por aqueles mais preocupados em sustentar suas opiniões a qualquer custo do que fazer discussões baseadas em fatos e evidências. Todavia, o negacionismo não é uma atitude exclusiva dos tempos atuais. Olhando para história é possível encontrar ações que atualmente fazem parte daquilo conhecido como negacionismo.

Carlos Orsi e Natalia Pasternak (2021) trazem o exemplo da reação do rei persa Xerxes, ainda na Antiguidade, quando soube da destruição de uma ponte, construída sobre o Helesponto (atual Turquia) e que seria utilizada por suas tropas para invadir a Grécia, por uma tempestade. Xerxes não negou a destruição da ponte, mas ficou inconformado ao ponto de castigar a natureza, ordenando a punição do mar com trezentas chibatadas, marcação da região com ferros em brasa e a decapitação dos responsáveis pela construção.

O negacionismo, de acordo com Orsi e Pasternak (2021, p. 08), “é a atitude de negar, para si mesmo e para o mundo, um fato bem estabelecido ou um consenso científico, na ausência de evidências contundentes”. “Fato estabelecido” e “consenso científico” costumam ser confundidos pelos negacionistas. Entretanto, ainda de acordo com os autores, é preciso fazer distinção entre eles. “Um fato é dado bruto da realidade [...]. Um consenso científico é uma teoria sobre como um aspecto do universo funciona.” (ORSI, PASTERNAK, 2021, p. 08).

A natureza não obedece a reis. Ela é implacável. E a História também é. Júlio Cezar atravessou o Rubicão, o homem foi a Lua, houve golpe militar em 1964 no Brasil, os nazistas planejaram o assassinato sistemático dos judeus europeus durante a Segunda Guerra Mundial. Ainda que a História tenha suas especificidades em relação à prova e aceite certa criatividade na sua escrita, ela não trata de fatos fictícios; trata de acontecimentos reais disponíveis aos historiadores e historiadoras mediante inúmeras fontes verificáveis.

Podemos questionar o que levou Júlio Cezar a atravessar o Rubicão, qual o contexto da ida até a Lua, como decorreu o golpe de 1964, como se construiu a ideia da Solução Final. Mas não duvidar. São fatos bastante documentados. É comum que os consensos científicos sejam postos a prova rotineiramente, faz parte da construção do conhecimento científico. Contudo, isso se faz através da apresentação de estudos cientificamente válidos. Os negacionistas não agem assim:

O negacionismo científico acontece quando a crítica ao consenso tem bases frágeis ou inexistentes, é contumaz-ou seja, os autores insistem nela, mesmo depois que seus argumentos são devidamente corrigidos ou refutados- e torna-se grave quando se converte em espetáculo: o negacionista, incapaz de convencer os especialistas que realmente entendem do assunto, decide censurar os fatos ou, se for incapaz de fazê-lo, acaba levando seu caso para o tribunal da opinião pública (ORSI, PASTERNAK, 2021, p. 09, grifo dos autores).

Não há como negar a existência do Holocausto. Qualquer tentativa de dizer o contrário dever ser totalmente rechaçada. David Irving alcançou inúmeros admiradores. Seu jeito quase teatral de se portar causava indignação e perplexidade. Processou a historiadora norte-americana Deborah Lipstadt por ter sido chamado de negacionista por ela. O caso ficou bastante conhecido e opôs duas maneiras de encarar a história.

O caso representa a dificuldade de aceitar o passado ou a realidade e suas consequências. Daí surge os negacionismos. Comunidades ou grupos com fortes ligações étnicas, religiosas, políticas ou ideológicas sentem-se ameaçados e, por isso, podem recusar certos consensos (ORSI, PASTERNAK, 2021, p. 10).

Embora grande parte da sociedade alemã reconheça sua responsabilidade no extermínio dos judeus, grupos nacionalistas e neonazistas negam, relativizam ou desqualificam o Holocausto. Da mesma forma, ocorre com certos países invadidos pelo Eixo durante a Segunda Guerra Mundial, nos quais grupos nacionalistas e autoridades buscam construir narrativas de resistência aos invasores, excluindo ações colaboracionistas. Desse modo, pode haver situações como na Polônia onde foi aprovada uma lei que torna crime passível de multa e pena de até três anos atribuir ao Estado ou ao povo polonês algum tipo de responsabilidade no extermínio dos judeus pelos nazistas (DW, 2018).

O caso Irving versus Lipstadt e a referida lei polonesa ocorrem em um contexto marcado pelo acirramento de disputas políticas e ideológicas descambando para a negação da ciência nas suas mais diversas áreas. O trecho selecionado abaixo faz parte do discurso de António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, e dão uma pequena amostra do contexto atual:

Hoje lembramos os seis milhões de judeus, mulheres e crianças, que morreram no Holocausto, os ciganos e os sinti, e as outras inúmeras vítimas deste horror sem precedentes e de crueldade calculada. [...] Hoje, testemunhamos um ressurgimento alarmante da xenofobia e do ódio. O antissemitismo- a forma mais antiga e persistente de preconceito- cresce novamente. As tentativas de minimizar ou negar totalmente o Holocausto estão em proliferação (NAÇÕES UNIDAS-BRASIL, 2022).

As falas de Guterres foram veiculadas em 27 de janeiro de 2022, em uma ocasião cheia de simbolismo, pois 77 anos antes, em 27 de janeiro de 1945, ocorreu a liberação do complexo de campos de concentração Auschwitz-Birkenau, pelo exército soviético. Em, 2005, a Assembleia-Geral das Nações Unidas adotou a Resolução 60/7, a qual estabeleceu o dia 27 de janeiro como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto (ENCICLOPEDIA DO HOLOCAUSTO, 2019). Tendo como objetivo homenagear anualmente as vítimas do regime nazista e fazer com que o Holocausto seja tema de ensino em todo o mundo, tal dia é institucionalizado em um momento no qual o nacionalismo, a xenofobia, o extremismo recrudescem.

A negação do Holocausto é um exemplo de negacionismo histórico. Este, por sua vez, pode ser incluído entre os negacionismos científicos. No caso da negação da História, o que se objetiva é ocultar crimes, diminuir ou relativizar a responsabilidade do Estado, ou desqualificar atitudes em busca de ações reparativas por parte das vítimas ou dos seus descendentes (NAPOLITANO, 2021, p. 96- 97).

A escravidão no período Moderno é outro exemplo cujas consequências para realidade brasileira são relativizadas ou negadas por quem normalmente é contra as cotas raciais em universidades. Se as causas do menor número de pretos e pardos nas universidades, menor renda, pior qualidade de vida forem desvinculadas das consequências da escravidão não há motivos para destinar vagas exclusivamente para esses grupos. Assim, volta-se ao passado para negá-lo e fazer dessa leitura negacionista a palavra final com intuito de se opor as demandas do presente.

O negacionismo científico ficou bastante conhecido na pandemia da COVID-19 quando figuras políticas públicas, artistas, profissionais de diversas áreas procuraram negar os efeitos do coronavírus e a eficácia das vacinas. Desse modo, observou-se o surgimento de diversas teorias da conspiração tanto para explicar a origem do vírus quanto para apontar supostas formas de tratar a doença. Como resultado, houve um número grande de mortes de pessoas infectadas, pois a negação dos efeitos do coronavírus implicou na lentidão de

medidas de profilaxia por parte do governo e na recusa por tratamento adequado por parte dos infectados.

O termo negacionismo vem do francês *négationisme*. Surgido no pós-Segunda Guerra Mundial, é utilizado “para caracterizar o discurso dos que negavam o extermínio dos judeus e outros grupos durante o Holocausto. Posteriormente, o termo passaria a abranger outros alvos, não apenas no domínio da História, mas do conhecimento científico de modo geral [...]” (KROPF, 2022, p. 201).

Bruno Leal, ao entrevistar o historiador Luís Edmundo de Souza Moraes para o *Café História*, em 2021, comenta sobre outra entrevista feita com esse mesmo autor em 2009, na qual discutiram sobre o Partido Nazista no Brasil e o negacionismo. O Fundador e editor do referido portal pontua que na época o negacionismo do Holocausto não ocupava um lugar de destaque na historiografia brasileira. Todavia, a segunda entrevista ocorre em um contexto cuja negação não somente do extermínio perpetrados pelos nazistas, mas de outros temas ocupa lugar de destaque tanto no debate público quanto na historiografia (MORAES, 2021).

O termo tem sido aplicado em outras áreas para caracterizar atitudes semelhantes àquelas dos negadores do Holocausto. Ao mesmo tempo, estudiosos dessas diversas áreas do conhecimento passaram a estudar o fenômeno do negacionismo trazendo um ganho qualitativo para as discussões e reflexões exigidas pelo tema (MORAES, 2021). Nesse sentido, observou-se nos últimos anos a construção de uma literatura científica sobre o assunto. Como exemplo, pode-se citar o *Dicionário dos negacionismos no Brasil*, que, de acordo com Kropf (2022, p. 200), “é em si uma evidência de como o negacionismo é tema relevante (e perturbador) no debate acadêmico e público nesse início de século 21 [...]”.

A negação da ciência ultrapassou os limites tradicionalmente ocupados. No início do século XXI, ela está presente na mídia, na Internet e nos centros de ensino. Agora não são mais um punhado de pessoas dispersas que não aceitam a realidade e os fatos. Eles são milhares e se organizam em grupos, entidades, têm publicações pretensamente científicas, dispõem de financiamento e tempo para desqualificar a ciência quando são contrariados. Nesse sentido:

Os últimos 15 anos não negam: o negacionismo foi transportado das margens para o centro do discurso público, o que pode ser explicado por muitos fatores, dentre os quais as novas tecnologias. Combinando dúvida e credulidade corrosivas, criando ambientes de excitação emocional máxima, exacerbando a suspeita e alimentando rotineiramente o ódio, os negacionismos contemporâneos auxiliam direta e indiretamente a produção de elevados coeficientes de

desconfiança nas instituições modernas e ultramodernas, com atenção especial para a ciência e democracia (RATTON, 2022, p. 199).

Muitos desses fatores fazem parte daquilo que está sendo chamado de pós-verdade. Vocábulo utilizado para descrever o ambiente de descrença e desconfiança na ciência, geralmente apoiadas por conclusões nas quais a subjetividade norteia a percepção da realidade e seus fatos. Escolhida como a palavra do ano, em 2016, pelo *Oxford Dictionary*, trata-se de um adjetivo e está relacionado a ou denota “circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal”. O termo existe há mais tempo do que parece e já era utilizado com certa frequência, sendo cada vez mais nos últimos anos e se tornando amplamente conhecido no contexto da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e o referendo do Brexit no Reino Unido (OXFORD LANGUAGES, 2016).

A Academia Brasileira de Letras (s.d) define pós-verdade da seguinte forma:

- Informação ou asserção que distorce deliberadamente a verdade, ou algo real, caracterizada pelo forte apelo à emoção, e que, tomando como base crenças difundidas, em detrimento de fatos apurados, tende a ser aceita como verdadeira, influenciando a opinião pública e comportamentos sociais.
- Contexto em que asserções, informações ou notícias verossímeis, caracterizadas pelo forte apelo à emoção, e baseadas em crenças pessoais, ganham destaque, sobretudo social e político, como se fossem fatos comprovados ou a verdade objetiva.

O prefixo “pós” faz referência ao momento em que o conceito específico se tornou irrelevante. Desse modo, a pós-verdade marca um momento onde a verdade já não tem tanta importância quanto no passado, fazendo que opiniões, sem respaldo científico, achismos, sejam levados a sério por simplesmente ir ao encontro de crenças, ideologias, visões de mundo (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, s.d).

Um exemplo de pós-verdade relacionado ao contexto brasileiro recente, é a suposta fraude nas urnas que teria culminado na eleição do agora presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Bolsonaro e seus apoiadores os resultados das urnas não condizem com a vontade do povo. Dessa forma, não aceitam a eleição do Presidente Petista. Sob esta ótica, os estudiosos mentiriam, a mídia mentiria, os livros mentiriam, as pesquisas mentiriam, em nome de uma suposta agenda globalista para implantar o comunismo, destruir famílias, etc.

As disputas presidenciais e a negação da ciência de modo geral ocorrem em um contexto no qual vários fatores contribuíram para isso. No seu livro *Posverdad* (2018), Lee

McIntyre, faz um estudo sobre o tema apontando fatores que levaram a pós-verdade. O primeiro deles é o negacionismo científico, fenômeno no qual a ciência começou a ser questionada por pessoas comuns com pretensões econômicas ligadas a determinados grupos empresariais da indústria do tabaco norte-americana. Estas, quando na década de 1950, nos Estados Unidos, começaram a surgir estudos relacionando o fumo ao câncer de pulmão, criaram a *Tobacco Industry Research Committee* para financiar cientistas que alegassem o contrário. Não pretendiam invalidar as conclusões dos inúmeros outros cientistas, mas gerar dúvidas, desconfiança, confusão no público.

O segundo fator trata do viés cognitivo, também chamado de viés de confirmação ou dissonância cognitiva. É sobre o fato de o ser humano basear suas crenças e visões de mundo desconsiderando a razão ou evidências, recusando argumentos que contradizem suas crenças com intuito de evitar desconforto psíquico. Desse modo, essas pessoas ficariam isoladas em suas bolhas, lendo, vendo, ouvindo apenas aquilo que confirme suas opiniões.

A diminuição do poder de influência dos meios de comunicações tradicionais é apontada como terceiro fator por McIntyre. No fenômeno chamado desintermediação, os meios de comunicação em massa sofreram com a queda de audiência que culminou com baixa atenção e acompanhamento por parte do público, ao mesmo tempo, em que as redes sociais passaram a ser cada vez mais utilizadas para esse fim.

Faz parte desse processo também a popularização de opiniões de pessoas sem qualquer conhecimento no assunto, o aparecimento e expansão da mídia de extrema direita, preocupada mais com engajamento ideológico do público do que com os fatos, e a procura pelo ideal de objetividade por parte de alguns veículos da mídia, levando a falsa equivalência entre dois pontos de vista quando um, obviamente, está mais próximo da verdade do que outro.

O quarto fator é sobre o crescimento e predominância das redes sociais. Sendo um dos principais veículos pelo qual grande parte das pessoas se informa atualmente, são constituídas por algoritmos que consideram o que as pessoas podem ou não querer, ou que concordam, fazendo surgir o efeito bolha. Além disso, há redes sociais que possibilitam o disparo de mensagens em massa diretamente para os aparelhos das pessoas, um instrumento pensado para a publicidade, apropriado para finalidades diversas.

Por último, McIntyre aponta o pós-modernismo e a sua relativização da verdade como quinto fator para o surgimento da pós-verdade. Dentre as características do movimento pós-modernista está o questionamento da existência de uma verdade absoluta. Qualquer verdade

seria algo autoritário, já que contém ideologia em seu bojo. Mais tarde esse pensamento seria utilizado por movimentos políticos para dizer que ideologia está em tudo.

Má ciência se combate com boa ciência! Isso é verdade. Mas boa ciência se combate com má ciência. Essa frase pode parecer ridícula. Contudo, dependendo das intenções de quem conduz ou patrocina determinadas pesquisas, consensos científicos podem ser desqualificados, negados parcial ou totalmente lançando dúvidas para a população.

Eric M. Conway e Naomi Oreskes contam no livro *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming* (Comerciantes da Dúvida: como um punhado de cientistas obscureceu a verdade sobre questões que vão da fumaça do tabaco ao aquecimento global, 2010, tradução nossa) como a indústria do tabaco patrocinou cientistas para produzirem estudos que procuraram por desconfiança nas pesquisas que relacionavam o fumo ao câncer de pulmão. Desde os anos 1950, a indústria sabia que o tabaco causava câncer. Assim, procuraram desviar a atenção dele, usando a ciência para combater a ciência.

Com o passar dos anos, indústrias de outras áreas usaram métodos semelhantes para desqualificar pesquisas. Exemplo disso, são as do ramo do petróleo, que procuram desqualificar trabalhos científicos que afirmam que o aquecimento global acontece por ações antropogênicas, ligadas a queima de combustíveis fósseis.²

O negacionismo científico que começou nos efeitos do tabaco,³ indo para o Holocausto, causas das mudanças climáticas agora atingem outras questões envolvendo temas como a esfericidade da terra, a Evolução, a Escravidão, e mais recentemente, a eficácia das vacinas. Como coloca McIntyre (2018, p.45, tradução nossa): “A pós-verdade foi renunciada pelo que aconteceu com a ciência nas últimas décadas”.

Ernesto Perini-Santos (2022) para falar de pós-verdade traz dois conceitos: crença e verdade. Para o autor crença se trata daquilo que as pessoas aceitam como verdadeiro, independentemente de poder ser provado ou não, e não está relacionado apenas a questões religiosas; enquanto verdade se refere algo que pode ser julgado como verdadeiro ou falso, como uma asserção ou uma crença ou um fato. Desse modo, Perini-Santos (2022, p. 272) coloca que “uma crença tem uma razão epistêmica quando ela é aceita porque a pessoa tem alguma indicação do que a torna verdadeira”.

² Para saber mais: *Como a indústria do petróleo pôs em dúvida o aquecimento global usando táticas dos fabricantes de cigarro*. BBC News Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54284565?fbclid=IwAR1pGxyvDY5uTgD4JxggdEcsjpEjX-vE4CW9ZS0qSJW_J8lhYFEhXFfLs

³ Para saber mais: *Cigarro: o pai do negacionismo moderno*. Ciência Suja, [s.l.], 2021. 1 podcast. 50min. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/62uE1Voa3IVU8ZI4ytfXY3?si=WUU2hemvR565B>.

Nesse sentido, autor escreve que “a expressão pós-verdade designa uma suposta mudança no comportamento das pessoas que, aparentemente, passaram a ter crenças para quais não têm razões epistêmicas”. A afirmação que o fumo causa câncer de pulmão contém uma razão epistêmica porque, através do método científico, os pesquisadores puderam provar correlação do cigarro com a doença. De outro lado, os cientistas contratados pela indústria tabagista sabiam que essa afirmação era verdadeira, então começaram a produzir crenças sem razões epistêmicas com intuito de induzirem as pessoas à dúvida, descrença.

Perini-Santos aponta três fatores que seriam responsáveis pelo aumento de crenças sem razões epistêmicas. O primeiro deles trata da conjunção de tendências estáveis da mente humana e a maneira como a informação circula pela Internet. Manipulação, mentira e os mais variados tipos de negacionismos sempre existiram, ainda que com outros nomes.

Do mesmo modo que os vieses cognitivos, como o viés de confirmação no qual diz que o ser humano é menos rigoroso em relação à prova quando se trata de crenças que já possui e mais exigente em relação a algo que vai de encontro ao que acredita. Além disso, crenças têm muita importância na identificação e pertencimento de um grupo.

Não sendo novos, os fenômenos mencionados vem aumentando com o passar dos anos e na Internet encontraram terreno fértil para se espalhar. A rede mundial de computadores possibilitou um fluxo gigantesco de informações sem regulação e com isso a propagação de crenças que não passam por filtros epistêmicos por duas razões. A primeira é que ficou mais barato produzir conteúdo (PERINI-SANTOS, 2022).

Assim, veículos de informação a margens dos tradicionais canais de produção e propagação de conhecimento ganharam mais espaço. Qualquer um com conhecimento apropriado pode criar páginas ou grupos nas redes sociais, blogs, sites para difundir suas ideias sem ter seu conteúdo avaliado por agências de checagens. Enquanto publicar em uma editora ou revista acadêmica é mais difícil, ou impossível devido aos rigores teóricos e metodológicos exigidos. Tendo isso em vista, trabalhos, por exemplo, que defendem o terraplanismo ou a astrologia não passariam pela revisão por pares de uma revista de astronomia (PERINI-SANTOS, 2022).

As crenças identitárias tiveram grande crescimento com a Internet, que contribuiu de duas maneiras para isso acontecer: aumento de público para qualquer tipo de ideia, gerando ilusão de consenso, e a diminuição da interação entre grupos com ideias diferentes ou posições opostas. Esse fechamento informacional em bolhas não acontece tendo em consideração um filtro moral ou epistêmico. Ademais, é muito difícil passar por um filtro epistêmico crenças que são centrais na identidade de um grupo (PERINI-SANTOS, 2022).

Em uma entrevista para BBC News Brasil (2022), o pesquisador Leonardo Nascimento, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ao falar sobre os apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, coloca que “Eles vivem num emaranhado de posts, vídeos e áudios de confirmação de suas crenças. Estão fortemente imbuídos de teorias da conspiração ou de lógicas operatórias. E há o aspecto de que, de 2016 para cá, o relacionamento com pessoas de visões diferentes foi diminuindo”.

Para eles, os meios tradicionais de comunicação mentem. Dessa forma, se informam por grupos de WhatsApp, Facebook, Telegram e outras redes sociais nos quais diariamente mensagens propagando fake news chegam aos montes e são replicados sem ser checadas. O único critério de seleção é a concordância com o que acreditam. Um exemplo do que era/é propagado trata de uma suposta fraude nas urnas que impediria a reeleição de Jair Bolsonaro. Mesmo com várias autoridades afirmando que não houve nenhum tipo de fraude nas eleições de 2022 e técnicos especializados garantindo a segurança das urnas.

Os grupos bolsonaristas normalmente se dizem pró-armas, pró-vida, cristão, conservador, liberal e estão lutando contra a suposta destruição dos valores que defendem. Apontam como inimigo, a esquerda, globalistas, além de outros. Enxergam Bolsonaro com o único capaz de salvar o Brasil do comunismo e das pautas progressistas.

O ex-presidente alimentou as paranoias dos seus apoiadores através de dados distorcidos, teorias conspiratórias, fake news. Segundo a agência de checagem “Ao Fatos”, Jair Bolsonaro, diariamente, no ano de 2021, deu em média 6,9 declarações falsas ou distorcidas (UOL, 2022). Ao longo de seu mandato, suas mentiras e distorções falavam sobre como se proteger do vírus, isolamento social, uso de máscaras, eficácia das vacinas sua própria atuação enquanto presidente, entre outras (UOL CONFERE, 2022).

O segundo aspecto, de acordo com Perini-Santos, é que a disputa que motiva a oferta de informações na Internet favorece a seleção de conteúdos que não são selecionados por causa de seu valor epistêmico. De um lado, a natureza do método científico produz explicações contraintuitivas, as quais demoram em serem aceitas ou são aceitas com desconfianças e restrições. No mais, as explicações científicas não servem como crenças que funcionam como marcadores de pertencimento. O Holocausto existiu, mesmo que alemães neonazistas o neguem. Do outro lado, na disputa por atenção na Internet, conteúdos violentos que geram medo saem na frente e são mais consumidos.

Nesse sentido, a disputa por audiência no ambiente virtual juntamente com a falta de filtro para checar o que é visualizado, curtido e compartilhado aumenta a força de conteúdos de fácil compreensão, que não vão ao encontro de crenças identitárias e que são violentos.

Assim, a desregulação do mercado informacional favorece o compartilhamento e consumo de conteúdos que não passam por filtros epistêmicos ou morais.

O fortalecimento da extrema direita é apontado por Perini-Santos como o segundo fator que favorece a difusão de crenças sem motivação epistêmica. O autor coloca que a extrema direita se constrói a partir de crenças que não passam por filtros epistêmicos e morais. Vale ressaltar que o mesmo poderia ser relacionado à extrema esquerda.

Os discursos muitas vezes sexistas ou racistas utilizados por grupos de extrema direita não passariam, ou não seriam aceitos em ambientes mais regulados como, por exemplo, instituições de pesquisa. Espaços que permitem conteúdos sem filtros morais também permitem conteúdos sem filtros epistêmicos, o que, de certa maneira, explica o fato desses conteúdos convergirem. Além disso, crenças com valor identitário como criacionismo, adotado por grande parte da população, faz a extrema direita atacar instituições científicas que produzem teorias que se opõem a esse tipo de crença.

Como terceiro e último fator, Perini-Santos coloca que o aumento da desigualdade causa o crescimento da desconfiança nas sociedades e implica em maior aceitação de informações falsas. As instituições produtoras de conhecimento devem ser vistas com confiança pelas pessoas, pois a difusão e aceitação desse conhecimento dependem disso. Isso vale tanto para fatos corriqueiros quanto para teses científicas.

Faria parte da cultura humana o grupo acumular mais conhecimento do que cada membro individualizado, de modo que nem todo mundo sabe tudo sobre determinado conteúdo, fazendo certos conteúdos, mesmo sem ser entendido nos seus detalhes, serem aceitos pela confiança. “Existe uma correlação direta entre o aumento da desigualdade e o aumento da desconfiança, o que é um fator para o aumento da aceitação de crenças sem valor epistêmico.” (PERINI-SANTOS, 2022, p. 274). Quando mediadores epistêmicos não são considerados, crenças que não são embasadas na ciência ganham força e são cada vez mais aceitas.

No Brasil, esses mediadores atualmente se encontram, na maioria, em universidades e tantos outros centros institucionais de pesquisa mantidos com recursos públicos. Não por acaso, projetos como o *Escola sem Partido* têm atacado profissionais e a ciência produzida nesses locais que estariam cheios de pessoas motivadas por paixões ideológicas. Desse modo, tudo que falam ou produzem seria enviesado. A verdade estaria em um vídeo do Youtube, em uma postagem nas redes, em um link compartilhado massivamente em grupos do WhatsApp.

Perini-Santos conclui afirmando que a extrema direita se beneficia do crescimento da desigualdade e da maneira desregulada que as informações são difundidas pela Internet, pois

tal grupo se beneficia das tensões e desconfianças crescentes em um mundo cada vez mais desigual e ganha espaço e cresce em espaços sem filtros epistêmicos e morais. Para o autor, a expressão pós-verdade leva ao equívoco. É incorreto falar em nova verdade ou que a verdade deixou de existir. Além disso, o ser humano não é uma “maquina epistêmica” e os vieses fazem de parte nós.

O que presenciamos hoje não é nenhuma novidade na história humana, ainda que atualmente ocorra de forma muita mais rápida, atravessando continentes e chegue a milhares de pessoas em poucos segundos. Muito antes dos aparelhos caberem na palma da mão, fofocas, boatos, e aquilo que hoje chamaríamos de fake news já foram usadas com intenção enganar. As notícias falsas podem influenciar eleições, prejudicar a popularização da ciência, levar a morte pessoas inocentes como o caso da mulher que foi acusada de sequestro e bruxaria por boato surgido em uma rede social (G1, 2014). De acordo com Bruno Leal (2021, p. 148):

Propagadas mais rapidamente do que qualquer vírus já conhecido, as *fake news*, ou notícias falsas, em bom português, se tornaram um dos mais importantes fenômenos políticos e sociais de nosso tempo, desafiando democracias e o conhecimento científico. Elas têm sido muito comuns no campo da saúde, mas estão presentes em todos os meios. Na política, costumam florescer em anos eleitorais. Nas eleições brasileiras de 2018, por exemplo, grupos e partidos políticos de extrema direita-e suspeita-se também de candidatos e partidos políticos-estiveram por trás de campanhas ilegais de disparos de *fake news* (Grifos do autor).

Mulheres acusadas de feitiçaria, e sendo mortas por causa disso, por exemplo, não são fatos exclusivos da sociedade contemporânea. Da mesma forma, várias figuras históricas sofreram campanhas de difamação motivadas por disputas políticas, questões religiosas, intrigas entre vizinhos. Jornais impressos com notícias sensacionalistas venderam (e vendem) muito.

Com o acirramento das disputas que culminou na Primeira Guerra Mundial, notícias falsas sobre as ações de países inimigos aumentaram e continuaram durante as agressões. Já dizia um ditado jornalístico: “a primeira vítima da guerra é a verdade”. O historiador Marc Bloch, que combateu no conflito de 1914-1918, já em 1921, problematizou esse fenômeno em um ensaio intitulado “*Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra*” (CAFÉ HISTÓRIA, 2022).

Cem anos depois, as falsas notícias continuam por meios não disponíveis nas primeiras décadas do século XX. O conflito entre Rússia e Ucrânia não é disputado somente no campo de batalha no Leste Europeu. As narrativas sobre quem sofre perdas, ganha

batalhas, comete crimes contra humanidade surgem a todo o momento no mundo virtual. Combater a desinformação se tornou tão importante quanto montar uma estratégia defensiva ou de ataque. Do lado russo, foram identificados 311 sites que publicam fake news pró-Kremlin. Do lado ucraniano, teve a notícia falsa sobre o Fantasma de Kiev, que seria um piloto ucraniano excepcional, a quem é atribuído a destruição de 40 aeronaves russas (DW, 2022).

Ainda segundo Bruno Leal (2021, p. 159-160):

Se as notícias falsas já existiam no passado, foi em nosso tempo presente que elas adquiriram maior notoriedade, poder e influencia. Com a ascensão das redes sociais on-line, no início da década de 2010, as *fake news* se converteram em um problema incontornável para as maiores democracias do planeta. Notícias falsas, afinal de contas, são hábeis em desestabilizar instituições democráticas, tendem a gerar o efeito colateral da exigência de censura previa e de cerceamento das liberdades, servem para justificar quebras de sigilo e deixam os atingidos desorientados na busca por justiça e reparação (Grifo do autor).

Há muito exemplos de como notícias falsas foram usadas para justificar ações políticas com intuito de desestabilizar nações. Talvez os casos mais famosos sejam o incêndio do Reichstag, em 1933, na Alemanha, que desembocou no fortalecimento de Hitler e os nazistas; e o Plano Cohen (1937), um suposto plano comunista para tomada do poder no Brasil. O suposto artilheiro comunista fora usado para reprimir opositores.

Uma nova constituição entrou em vigor. Assim, preparou-se o terreno para um golpe que culminaria na ditadura do Estado Novo (1937-1945). Esses dois eventos ocorreram em um momento histórico no qual as democracias liberais disputavam influências com regimes autoritários. Mesmo assim, o alcance extraordinário de notícias falsas ou não no início do século XX, não se compara ao alcance proporcionado pela invenção da Internet.

Bruno Leal (2021) examina três elementos que considera fundamental para ampliação das notícias falsas no tempo presente. O primeiro trata do avanço das tecnologias da informação e da comunicação. Através das redes sociais e aplicativos de mensagens como o WhatsApp, houve aumento do compartilhamento de conteúdos falsos e caluniosos.

Presentes em todas as classes sociais, esses aplicativos são programados para compartilhar mensagens em massa com conteúdos falsos, com intuito prejudicar pessoas ou instituições. O avanço constante das tecnologias da informação, mais rápido do que a atualização do aparato jurídico para combater más intenções, faz com que a tentativa de coibir, punir tenha efeitos pequenos.

As notícias falsas fazem parte de uma longa e intrigada cadeia que começa na preparação dessas “notícias” e vai até na escolha das melhores maneiras de distribuí-las.

Tanto pessoas conhecidas, incluídas no nosso círculo social mais próximo, quanto os chamados bots (robôs), softwares que simulam contas reais no meio virtual, podem compartilhá-las.

Além disso, o compartilhamento de notícias falsas fez nascer um negócio lucrativo e ilegal chamado de fazendas de cliques (*click farms*) formado por centenas de aparelhos celulares conectados a um computador central, com objetivo de simular usuários de redes sociais que podem ser usados para fins ilegais: atacar contas de usuários, curtir, compartilhar e comentar notícias falsas, além de outras ações.

O segundo elemento, de acordo com Bruno Leal, é a pós-verdade. Como já foi discutido, o termo é usado para descrever o momento atual no qual pesquisas, estudos, estatísticas e discursos amparados na verificação, na checagem, na revisão e na ciência de dados são deixados de lado ou têm sua importância diminuída em prol do apelo emocional. Assim, notícias falsas como a distribuição de mamadeiras com bico de borrachas em formato de pênis por certo candidato ou sobre a existência da URSAL podem ser levadas a sério e acabar por prejudicar campanhas políticas e criar um estado de paranoia.

O terceiro elemento apontado por Bruno Leal é o deslocamento da noção de autoridade do enunciador da notícia. Atualmente, mesmo ainda sendo referência, a autoridade do cientista e da ciência disputa atenção do público com pessoas que muitas vezes desconhecem ou ignoram o método científico. Limitações pessoais são entendidas como limitações da ciência.

Nesse sentido, perguntas como: “se a terra é redonda, porque se vê uma linha reta no Horizonte?” são feitas com tanta segurança com se fossem baseadas em farta literatura científica. Tais indivíduos, vistos com confiança, geralmente são familiares, amigos, conhecidos, conhecidos de conhecidos, pessoas que trocamos informações diariamente nas redes sociais e aplicativos através dos aparelhos conectados a rede mundial de computadores. A forma como as notícias falsas são escritas também influencia na sua aceitação, fazendo com que mesmo aquelas sem fonte sejam amplamente compartilhadas.

As violências cometidas contra mulheres acusadas de bruxaria, a perseguição a judeus, muitas vezes tomados como bode expiatório devido a alguma catástrofe, o linchamento de pessoas motivado por boatos propagados nas redes sociais e aplicativos têm algo em comum. Mesmo separados por anos, séculos e contexto históricos diferentes, esses eventos ocorreram em razão de histeria coletiva baseada em falsas notícias que levaram grupos de pessoas a cometer crimes contra inocentes.

Com o desenvolvimento das tecnologias da informação ficou mais fácil fazer aquilo que já havia sido feito em vários momentos na história. Se antes, os boatos corriam nas feiras, praças, mercados ou outros pontos físicos de reunião, hoje em dia, com a desmaterialização dos espaços de sociabilidade, alguém pode ler fake news antes de dormir e compartilhar com inúmeras pessoas.

Para Lucia Santaella (2018), é inegável que as tecnologias das redes digitais possibilitaram a democratização do uso e consumo das mídias, mudando o que na era pré-redes se costumava chamar de espaço público e formação de opinião. Em comparação ao cenário atual, antes havia um número pequeno de fontes de informação com destino a uma massa de receptores; atualmente, existem inúmeras plataformas para redes sociais, blogs, sites que permitem a qualquer um de forma gratuita compartilhar qualquer tipo de conteúdo para outros tantos usuários. Estes, por sua vez, podem passar de receptores para emissores em uma imensa rede de compartilhamento alimentada a cada clique.

Com a onipresença da Internet em nossas vidas, conectar e interagir se tornou essencial. Milhares de pessoas estão conectados aos seus aparelhos em várias regiões do planeta. Os buscadores estão prontos para trazer resultados para o que se quer saber, seja sobre um fato histórico, números sorteados da Mega-Sena ou a vida de algum artista.

Contudo, como coloca Santaella (2018), isso cobra um preço, em ambivalências, paradoxos e contradições cada vez mais presentes, desafiando especialistas, profissionais da comunicação e usuários mais críticos. No momento, os desafios têm se concentrado no compartilhamento massivo de notícias falsas e nas bolhas ou câmaras de eco, ambientes onde os usuários ficam isolados, recebendo somente aquilo que vai ao encontro de suas crenças, os quais desembocaram no que tem sido chamado de a era da pós-verdade.

Os indivíduos dessas bolhas podem checar as informações recebidas. Existem agências de checagens, canais de divulgação científica participantes de redes para popularização da ciência com responsabilidade. Mas geralmente não o fazem. Dessa maneira, absurdos vão de aparelho a aparelho. Assim:

Diferentemente de outros períodos da história, em que seria difícil ou impossível checar se uma informação, por exemplo, sobre o modo de vida de um país distante era verdadeira ou falsa, atualmente, de casa e em poucos segundos, se pode checar. Mas as pessoas não fazem isso. Aceitam como real, repassam, compartilham e se apropriam de informações sem se preocuparem em verificar. É esse desdém, esse desinteresse pela verdade, em uma realidade com tanto acesso à informação, que é o fato novo que a expressão “pós-verdade” busca abarcar (ARAÚJO, 2020, p. 38-39).

A utilização do termo pós-verdade data da década de 1990, quando foi utilizado por Steve Tesich, em 1992, no contexto da Guerra do Golfo. O autor lamentava que povos livres, livremente decidiram viver em mundo de pós-verdade. O termo voltaria a aparecer em 2004 como título de um livro de Ralph Keyes chamado de *The Post-Truth Era* (SANTAELLA, 2018).

Por essa época também começava a tomar forma o embate entre David Irving e Deborah Lipstadt. O autor negacionista inglês, como será discutido mais para frente, conscientemente deturpou e relativizou fatos históricos em favorecimento de Hitler e dos crimes nazistas. Desse modo, é plausível afirmar que a desqualificação, relativização e negação do Holocausto inaugurou a era da pós-verdade.

CAPÍTULO II- O REVISIONISMO NEGACIONISTA DO HOLOCAUSTO

Mesmo sendo praticamente impossível mensurar com exatidão a destruição e as milhares de mortes provocadas pela Segunda Guerra (1939-1945), através da pesquisa histórica inferem-se os antecedentes e seus desdobramentos. Foram revelados os crimes dos Aliados e também os crimes do Terceiro Reich como o extermínio sistemático dos judeus europeus, além de eslavos, ciganos, homossexuais, opositores políticos.

Isso ocorreu graças às novas teorias e metodologias da História e a ampliação das fontes que possibilitaram pesquisas sobre os mais variados temas. Dentre as fontes, estavam as orais, cujo uso, a partir da segunda metade do século XX, cresceu principalmente nos estudos de minorias sociais e étnicas. Na década de 1980, os relatos orais obtiveram mais atenção dos historiadores, focalizando no estudo da memória dos sobreviventes do Holocausto. Nesse caso, as oralidades tornam-se bastante importante, pois já no final da Segunda Guerra Mundial o governo nazista destruiu sistematicamente muitas provas e documentos prevendo os julgamentos que ocorreriam depois do conflito (NETO, 2009, p. 1106).

A iniciativa de reconstruir e/ou preservar as memórias das vítimas do Holocausto reuniu diversos setores: testemunhas oculares, familiares das vítimas, entidades de defesa dos direitos humanos, organizações antinazistas, participação ativa de historiadores e inúmeros cientistas sociais. Nesse processo a historiografia exerceu papel de suma importância, pois coube à História quantificar e qualificar diversas fontes (tanto relatos orais quanto provas documentais) que corroboram com as versões das vítimas do Holocausto (NETO, 2009 p. 1106).

Ao final da Segunda Guerra Mundial muitos documentos sobre as ações dos nazistas foram destruídos. Entretanto, a quantidade de arquivos que ajudam a contar a história do Holocausto é abundante, sendo encontrados primeiramente por promotores aliados e depois por historiadores. A história do massacre dos judeus é bastante documentada. Relatos de soldados e da imprensa, fugitivos, ofícios de agentes do serviço secreto, memórias dos sobreviventes corroboram para deixar clara a existência dos assassinatos e mortes nas câmaras de gás (CARVALHO, 2019). Contudo, é possível encontrar grupos de pessoas e organizações dedicadas a fazer revisionismo históricos sem qualquer fundamento, estimulados mais por preconceitos e teorias da conspiração do que por uma discussão séria sobre o passado.

Os assim chamados revisionistas negacionistas, pois através da revisão da história buscam negar o Holocausto, não tinham muito atenção para si inicialmente, mas, com o

tempo, isso mudou. Nesse sentido, no prefácio do livro *Assassinos da Memória*, publicado em 1987,⁴ o autor Pierre Vidal-Naquet, escreve o seguinte:

Esse livrinho nasceu de uma constatação: há cerca de dois anos, a corrente “revisionista”, ou seja, a que nega as câmaras de gás de Hitler e o extermínio de doentes mentais, judeus, e ciganos e, ainda, o de membros de povos considerados radicalmente inferiores, principalmente eslavos, vem aumentando perturbadoramente.

Deborah Lipstadt no prefácio do livro *Denying the Holocaust: The Growing Assault on Truth and Memory*, lançado em 1993,⁵ no qual tece comentários sobre David Irving, coloca:

Quando eu comecei a estudar a negação do Holocausto, as pessoas me olhavam estranhamente. Incrédulos, eles perguntavam: "Você leva esses caras a sério?" Invariavelmente eu seria desafiada com a pergunta, "Por que você está perdendo seu tempo com aqueles malucos?" Minha intenção de escrever um livro sobre este tema teria evocado nenhuma reação mais forte se eu fosse escrever sobre teóricos da terra plana (p.09, tradução nossa).

O então objeto de pesquisa de Lipstadt causava certo estranhamento entre seus colegas. Contudo, sua preocupação tinha (e tem) fundamento. Mais adiante afirma:

Essa situação mudou dramaticamente. Infelizmente, não tenho mais que convencer os outros da relevância deste trabalho. De fato, aqueles que uma vez questionaram minha escolha de um tópico agora perguntam quando o livro estará disponível. A atividade recente dos negadores fomentou um maior interesse que dá ao meu trabalho relevância não prevista (p.09, tradução nossa).

A autora de *Denial* não se mostra feliz por não ter mais que explicar a relevância do livro, mas lamenta pelo fato de não restar dúvidas sobre a necessidade de levar os negacionistas a sério.

No prefácio para edição de 1994, afirma que colegas e amigos apresentavam algum ceticismo por “levar esses malucos a sério”. O que a teria levado a ter interesse em discutir sobre o negacionismo é o medo do impacto potencial dos negadores. Assim, coloca que nos próximos anos os negacionistas terão mais espaços para suas divulgar suas ideias.

A percepção de Vidal-Naquet e o medo de Deborah Lipstadt têm fundamento. Passados mais de 25 anos do lançamento de seus livros, observa-se o impacto negativo que os negacionistas (não somente do Holocausto) têm causado no mundo contemporâneo. Evidentemente, o discurso negacionista não é fruto da sociedade atual, mas devido à Internet

⁴ Utilizamos a edição brasileira publicada em 1988.

⁵ Utilizamos a edição de 1994.

e aos outros meios de comunicação, a quantidade de informações disponíveis ao público aumentou e se espalhou mais rápido.

De acordo com Carvalho (2016, p. 09), a popularização da Internet a partir dos anos 1990 favoreceu a disseminação do discurso negacionista tanto no Brasil quanto o exterior. Se antes estavam limitados a panfletos e outros produtos impressos de curto alcance, pouca visibilidade, os negadores do Holocausto puderam, com a Web, chegar a um público muito maior com ajuda de sites, blogs, fóruns e redes sociais. Praticamente sem precisar gastar ou gastando pouco, oferecendo gratuitamente seus materiais.

Os negadores do Holocausto afirmam participar de um movimento autodenominado Revisionismo do Holocausto. Contudo, os historiadores chamam tal movimento de Negacionismo do Holocausto. A divulgação de suas ideias se dá principalmente pela Internet com a utilização de websites institucionais e pessoais, listas de discussão, redes sociais e outros. Assim, o material negacionista pode ser acessado por qualquer pessoa com acesso à rede mundial de computadores em diferentes línguas. Disponibilidade essa inexistente até meados dos anos 1990 (CASTRO, 2014, p. 07).

Na virada do século, o mapeamento feito por Burris, Smith & Strahm (*apud* CASTRO, 2014, p. 10,) mostrou:

Uma rede mundial da extrema-direita que agrega os “supremacistas brancos” em seus múltiplos subgrupos: Revisionistas do Holocausto; Teologia da Identidade Cristã; Neonazistas assumidos; Supremacistas brancos radicais; Supremacistas brancos moderados; Nacionalistas não estadunidenses; Skinheads racistas; Bandas, produtores, distribuidores e fanzines; e, editores de livros e produtores de memorabilia nazista.

Ernst Zündel, amigo do negacionista Robert Faurisson (discutiremos sobre este último mais para frente), protagonizou um dos primeiros e mais conhecidos casos sobre negacionismo na Internet. No ano de 1997, o *Canadian Jewish Congress* (CJC) e a cidade de Toronto entraram com uma ação judicial contra Zündel, um alemão radicado no Canadá e proprietário do *Zundelsite*, portal negacionista acusado de promover o ódio (KAHN *apud* CARVALHO, 2016, p. 09).

O Caso durou anos. Zündel se mudou para os Estados Unidos em 2001, após o portal ser proibido no Canadá. Nos Estados Unidos pôde reestabelecer o site, mas, em 2003, foi expulso do país por não ter visto válido. Voltou ao Canadá e foi extraditado para a Alemanha, onde foi julgado e condenado a cinco anos de prisão, pena máxima por violação da

Volksverhetzung, lei alemã sobre incitação ao ódio aplicada em casos de negação do Holocausto (KAHN *apud* CARVALHO, 2016, p. 09).

Que a Internet ajudou os negacionistas isso é fato. Ainda assim, faz-se necessário observar em qual contexto esses discursos negacionistas saíram do seu pequeno grupo de apoiadores tradicionais para um público cada vez mais amplo ao ponto de figuras conhecidas e importantes da cena política tecer falas questionando a existência do Holocausto ou outros acontecimentos históricos.

Da França para os Estados Unidos e depois para o resto do mundo, o negacionismo se espalha a partir da década de 1980, devido a uma conjunção de fatores. Castro (2014, p.07-08-09) elenca alguns:

O autor destaca a precarização das condições materiais da classe operária enfraquecida tanto econômica quanto politicamente devido à crise provocada pelas transformações no capitalismo. Assim, há o enfraquecimento da cultura operária diante do predomínio da propaganda e da indústria do entretenimento. Enquanto isso, as classes médias, com medo de perder poder econômico, inclinam-se para os discursos alarmistas, xenófobos e autoritários.

Castro pontua a ascensão de Ronald Reagan e de Margareth Thatcher, nos Estados Unidos e Grã-Bretanha entre os anos 1970 e 1980, respectivamente, entre esses fatores. As vitórias desses dois líderes significaram a vitória da Nova Direita que ataca implacavelmente o estado de bem-estar social construído no pós-Segunda Guerra e usado como arma ideológica contra o socialismo representado na figura da União Soviética. O vácuo político deixado pelo fim do socialismo real e a crise do movimento comunista internacional após 1989 teria sido preenchido pelo Neoliberalismo e sua agenda na qual busca pôr o mercado enquanto regulador da vida social, questionar os direitos sociais e trabalhistas e o poder do Estado.

O movimento New Age também é apontado por Castro. De acordo com autor o referido movimento surgiu no último quartel do século XX e se manifesta como uma nova religiosidade influenciando profundamente a cultura de massas. Atinge em um primeiro momento as sensibilidades das classes médias, e posteriormente, as menos abastadas. Tais grupos são influenciados pela valorização do esoterismo ocidental do New Age que age na maneira como veem o mundo e a política. Durante a década de 1990, o movimento atinge amplos setores sociais ao ser incorporado pela indústria cultural.

Também menciona o surgimento de inúmeros grupos e partidos políticos de extrema direita na Europa que conseguem algumas vitórias eleitorais importantes. Obtiveram sucesso

ao renovar seus discursos e se aproximar dos jovens utilizando principalmente a música e o futebol.

A virada do século XX para o XXI presenciou o nascimento da Internet e ficou vislumbrada com o trânsito de informação realizado por ela. Dessa forma, não à toa Castro a coloca como um dos fatores responsáveis pela disseminação do negacionismo. Com a World Wide Web surge uma nova forma de ativismo político, o ciberativismo. Através da rede mundial de computadores a nova extrema direita fascista amplifica sua voz e se torna visível aos mais jovens e os iludidos com a política ao redor do mundo. Possibilita ainda criação de uma rede virtual da extrema direita.

Por último, o referido autor cita as teorias conspiratórias. Estas se tornaram, no fim do século XX, megas-complôs ou superconspirações ao alcançarem dimensão mundial. O crescimento da cultura conspiracionista requer cada vez abordagens mistificadoras da história. Embora digam que não, estão a serviço de uma ideologia. Normalmente da extrema direita.

Os revisionistas negacionistas se espalham e, ao mesmo tempo, buscam se firmar enquanto um grupo cientificamente válido. São inúmeras as instituições nas quais há produção e distribuição de material negacionista. De acordo com Krause-Vilmar (2000):

O revisionismo tornou-se uma enorme rede internacional de institutos que possuem um programa de publicações de livros e revistas, principalmente nos Estados Unidos e na Bélgica. São realizados simpósios e conferências e, além disso, a Internet é utilizada intensivamente há bastante tempo. Somente na Alemanha existem mais de 300 sites dedicados ao revisionismo.

Sites com conteúdos relacionados ao revisionismo cresceram com o passar dos anos. Dias (2007, p.19) afirma de ter encontrado por volta de 12.600 sites, racistas, revisionistas e neonazistas na Internet. Dados coletados por ela entre 2002 e 2004 revelaram a existência de 8.000.

Para além desses grupos, há declarações de figuras públicas da política de vários países como de Jean Marie Le Pen (na época líder do partido francês de extrema direita Frente Nacional). O Político francês, em 1987, sugeriu que as câmaras de gás não passavam de “detalhe” da Segunda Guerra Mundial.

Em 2003, o então presidente da Romênia, Ion Iliescu, minimizou o Holocausto enquanto o ex-primeiro-ministro do país, Vasile Dincu negou o Holocausto na Romênia. Em 2005, o ex-presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, em um discurso transmitido pela televisão, chama o Holocausto de mito. Em 2011, o vice-presidente do Partido Wafd do Egito disse que o Holocausto, juntamente com o *Diário de Anne Frank* e o 11 de setembro são

invenções históricas. Em 2012, Nikolaos Michaloliakos, chefe do partido de extrema direita grego Golden Dawn, diz que a existência de fornos e câmaras de gás são uma mentira. Corneliu Vadim Tudor, Líder do partido nacionalista da Grande Romênia e membro romeno do Parlamento Europeu, nega o Holocausto (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO, 2021).

As falas acima apresentadas foram ditas publicamente, mostrando mais uma vez a popularização do discurso negacionista. Contudo, é preciso salientar que a negação ou relativização do Holocausto é um tema complexo e está inserido em um contexto ainda maior. Assim, para entendê-lo, é preciso voltar na história, quando ainda não existia o mundo virtual.

De acordo com Castro (2014, p.09) o negacionismo do Holocausto faz parte de uma longa tradição conspiracionista e antirrevolucionária com origens na Revolução Francesa a partir de duas obras: *Mémoires pour servir à l'histoire du Jacobinisme* de autoria do padre jesuíta Augustin Barruel (1741-1820) publicada em Paris em 5 volumes, entre 1797 e 1799, e *Proofs of a Conspiracy Against all the Religions and Governments of Europe, carried on in the secret meetings of Freemasons, Illuminati and Reading Societies* escrita pelo físico e professor universitário John Robinson, publicada em Edinburgo em 1799. Segundo essas obras, a Revolução Francesa seria uma grande conspiração da Maçonaria com intuito de destruir a ordem política e religiosa da Europa.

O complô judeu para dominar o mundo talvez seja uma das teorias conspiratórias mais difundida. Aqueles que afirmam veracidade de tal complô utilizam como suposta prova *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, produzidos pela polícia czarista (GIRARDET, 1987, p.32). Tal documento aparece em publicações seriadas do jornal russo *Znamya*, (A Bandeira), sendo a versão de 1905 mais conhecida e difundida atualmente (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO, s.d.).

Com os nazistas, *Os Protocolos* se transformaram em uma prova irrefutável da ameaça mundial dos judeus ao mundo Ocidental (CASTRO, 2014, p. 09). Sendo assim, a construção do judeu enquanto inimigo da Alemanha, da Europa e dos povos brancos se dava tendo em conta o que hoje chamamos de fake news, negacionismo, pseudociência.

O antissemitismo contribuiu muito para essa construção. Com raízes em tempos longínquos, foi usado pelos nazistas (e por tantos outros grupos, políticos, governos, instituições em vários momentos da história) para justificar desde a perda da cidadania até o envio para campos de trabalho e extermínio. O antissemitismo também é um dos motivos para a negação, desqualificação ou relativização do assassinato sistemático dos judeus da Europa pelos nazistas durante a grande guerra.

Entretanto, é preciso salientar que o antissemitismo não é único impulsionador da negação do Holocausto. Embora o negacionismo esteja mais presente na extrema direita, na extrema esquerda também há negadores. Assim como em vários outros setores da sociedade. Dados os inúmeros motivos encontrados para negar o assassinato sistemático dos judeus pelos nazistas, “é difícil determinar uma gênese ou um modelo político-cultural para o revisionismo negacionista; pois, para dá credibilidade às teses defendidas, seus adeptos apropriam-se de diversas tendências e ideologias, muitas vezes contraditórias” (JESUS, 2006, p. 34).

Desse modo, para entender as razões do ex-presidente do Irã Mahmoud Ahmadinejad (2005-2013) e outros grupos árabes extremistas duvidarem do assassinato planejado dos judeus pelos nazistas é preciso atentar para o contexto do conflito árabe-israelense. Para tais grupos o Estado de Israel existe devido ao Holocausto. c

Assim, negando o Holocausto nega-se também a existência do Estado israelense. Do outro lado, na extrema esquerda, grupos alegam que os judeus aumentam a contagem dos mortos com intuito de obter indenizações em dinheiro, fundamentar o belicismo e violência de Israel contra palestinos. Já na ultra esquerda, existem os bordiguistas franceses, inspirados em Amadeo Bordiga, fundador do Partido Comunista Italiano. Por parte dos religiosos, há os católicos superconservadores. Partindo de um antigo ressentimento o qual afirma serem os judeus responsáveis pela crucificação de Cristo, afirmam que este povo é maquiavélico, controlador, traíra, conspirador. Para eles, o Holocausto não passa de uma entre tantas outras mentiras inventadas para tirar a culpa pela morte de Cristo (CARVALHO, 2019).

Enquanto a Europa se reconstruía, a história da Segunda Guerra Mundial, das vítimas, dos algozes, das mulheres, dos homens, das crianças... Enfim, a história do maior conflito da humanidade e suas consequências começou a ser escrita e pensada por filósofos, sociólogos, juristas, jornalistas, romancistas, documentaristas, escritores, diretores, historiadores e por também aqueles que mais tarde seriam conhecidos como negacionistas. Alguns deles, alias, estavam entre os milhões de afetados pelo conflito.

Antes de prosseguirmos na discussão acreditamos ser apropriado conceituar o negacionismo do Holocausto. Assim, optamos por trazer o conceito proposto no livro *The Holocaust Encyclopedia* (LAQUEUR, 2001, p. 293, tradução nossa):

A negação do Holocausto é um fenômeno em cujo núcleo reside a rejeição do fato histórico de que cerca de 6 milhões de judeus foram assassinados pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Ao lado do repúdio explícito do Holocausto, a negação inclui a minimização, banalização e relativização dos fatos e eventos relevantes, a fim de lançar dúvidas sobre a singularidade ou autenticidade do que aconteceu durante a Shoah. Esta variante mais

suave da negação do Holocausto é projetada para ganhar aceitação pública por seu ponto de vista como o "outro lado" de um debate legítimo. De acordo com a linha dura negadores ou "revisionistas" (como eles gostam de descrever-se), o extermínio dos judeus nunca realmente ocorreu: as autoridades alemãs nunca planejaram matar os judeus da Europa e eles nunca construíram ou operaram campos de extermínio em que os judeus fossem gaseados. Os relatos revisionistas raramente colocam as perdas judaicas entre 1939 e 1945 acima de 3000.000 pessoas, e essas mortes são geralmente atribuídas a privações, dificuldades e doenças durante a guerra.

As alegações dos negacionistas não resistem a uma investigação histórica conduzida seriamente. O que os tornam perigosos é fato de por trás da negação haver motivações ideológicas, políticas, religiosas, racistas, disputas territoriais. Dessa forma, o consenso histórico se torna inconcebível, enquanto a mentira, as falsificações e alegações infundadas conduzem os trabalhos dos negadores. Os desafios impostos pelos negacionistas surgem quando a versão fictícia da História produzida por eles tem efeitos políticos e obriga historiadores e historiadoras a não somente combatê-los e refutá-los, mas a refletir sobre a importância da História e da memória para a educação humanista (MILMAN, 2000).

Para Deborah Lipstadt (1994, p. 45-50) a relativização dos crimes nazistas começa ainda na década de 1940 com muitos autores relativizando as ações nazistas ao compará-las a ações dos britânicos, norte-americanos, soviéticos e franceses ou ainda afirmando que Hitler não queria a guerra, não sabia do que ocorria nos campos de concentração e extermínio. Evidentemente, os Aliados cometeram crimes, contudo, é preciso destacar as singularidades do Holocausto. Além disso, os crimes dos Aliados não tiram ou diminuem a responsabilidade da sociedade alemã da época. Com o tempo a relativização dá lugar a negação explícita do assassinato de milhões de judeus pelos nazistas. Autores de vários países se organizam de inúmeras formas com intuito de reescrever a história e fazer da abordagem negacionista da história a última palavra.

Mesmo não havendo nenhum documento constando ordens diretas de Adolf Hitler para exterminar judeus, não é possível afirmar que não tenha responsabilidade nos assassinatos sistemáticos. Como será discutido mais para frente, a ampliação das fontes e metodologia da História permitem inferir culpabilidade do líder nazista e daqueles que o seguiam. Da mesma forma, mostram como as intenções nazistas só se realizariam mediante a guerra.

Os escombros da Segunda Guerra Mundial enterraram as ambições de Adolf Hitler e seus asseclas de dominação e de um Terceiro Reich de mil anos. A reconstrução da Europa e

da Alemanha continha uma forte política de desnazificação desde último. Além de levar os nazistas a justiça era preciso extirpar o Nacional-Socialismo da espinha da sociedade alemã.

Mesmo com a maioria do alto escalão nazista sendo levado a justiça e o Nacional-Socialismo fora dos aparelhos burocráticos do Estado, ainda existiam (e ainda existem) apoiadores tentando reabilitar o nazismo enquanto movimento político. Para isso, é preciso desqualificar, relativizar ou negar os seus crimes. Desse modo, Lipstadt (1994, p.58) escreve:

Enquanto o fascismo pudesse ser ligado ao nazismo, e o nazismo, por sua vez, pudesse ser ligado aos horrores da Solução Final, ambos permaneceriam completamente desacreditados. No entanto, houve quem não estivesse disposto a abandonar estes sistemas políticos. Eles sabiam que o único meio de tentar reanimá-los seria separá-los do Holocausto e da multidão de atrocidades que o acompanhavam (Tradução nossa).

Atualmente, muitos países criminalizam o Nazismo e têm uma política de responsabilizar seus apoiadores com algum tipo de condenação. Para reabilitar a ideologia nazista e tirá-la do ostracismo político é preciso reescrever a história. Desse modo, os negacionistas fazem interpretações históricas com mínima preocupação metodológica.

Mesmo com diferenças pontuais em relação ao nazismo⁶ do início do século XX, os neonazistas⁷ carregam consigo certos pontos de semelhanças: antissemitismo, racismo, ideia

⁶ Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silvano, no Dicionário de Conceitos Históricos (2009, p.141), escrevem: “[...] embora se possa distinguir o nazismo do fascismo, a rigor, para efeitos de análise, os dois regimes costumam ser pensados juntos como integrantes de um mesmo processo de crítica profunda ao liberalismo que havia, em todo o século XIX, regido o mundo ocidental. Dá-se o nome de fascismo, ou nazifascismo, ao fenômeno histórico específico ocorrido no mundo europeu entre 1922 e 1945, o chamado período entre-guerras, caracterizado pela ascensão de regimes políticos totalitários que se opuseram, ao mesmo tempo, às democracias liberais e ao regime comunista soviético (também este de caráter totalitário) e cuja repercussão atingiu numerosas Nações que adotaram regimes semelhantes. Há certo consenso entre os pesquisadores de que este fenômeno tem muito a ver com a chamada sociedade de massas e de que ele deve ser situado espacialmente na Alemanha e na Itália. Essa definição espacial tem a vantagem de evitar que regimes apenas autoritários e ditatoriais situados em outras Nações sejam nomeados erroneamente de fascistas. Assim, a Espanha franquista, o peronismo argentino, a extrema-esquerda no contexto da Guerra Fria e regimes autoritários da América Latina, da Ásia e da África foram definidos erroneamente como fascistas por seus opositores. E tais regimes não são fascistas porque apresentam características específicas ligadas ao contexto histórico em que emergiram. ”

⁷ De acordo com Maronilde Dias Brepohl de Magalhães, no texto Neonazismo: o retorno da Intolerância (1998, p.02-03): “ O neonazismo, tal como é reavivado em diversos países, por facções de skinheads, carecas, hooligans, faschos, nazi-skins, não é um movimento coeso e amplo, único responsável pelo ressurgimento do racismo e do nacionalismo neste fim de século. Tampouco a violência, expressa em atentados contra turcos, árabes, nordestinos, negros, mulheres, judeus, punks e homossexuais, é exercida com os mesmos objetivos dos membros das tropas de assalto (Sturmabteilung – SA) ou dos soldados da “Divisão das Caveiras” (Totenkopfdivision) do III Reich, os quais, diferentemente dos skins, eram crentes fanáticos em uma ideologia, em nome do que estariam dispostos tanto a matar como a morrer. Uma outra manifestação denominada neonazismo se expressa no revisionismo, corrente política que visa reabilitar o nacional-socialismo. Seus adeptos negam a existência ou reduzem a importância dos campos de concentração, aludindo que a antipropaganda em torno deste fato foi uma invenção dos imperialistas, em suas versões coca-cola ou vodka, para denegrir a imagem do nacionalismo e, com isto, acabar com as culturas autóctones existentes no Terceiro Mundo. Esta corrente é a efetiva herdeira do NSDAP e dela fazem parte indivíduos que se autodenominam simpatizantes do nazismo, sem o prefixo neo. Infiltram-se em diversos partidos e movimentos de direita, tais como o NPD (Partido Nacionalista

de complô mundial judaico e outros. O ódio racial e as teorias infundadas nas quais os nazistas se baseavam não foram criações deles, mas existiam na Europa há milhares de anos e estavam presentes nos vários países ocupados pelos alemães.

Isso ajuda a entender o motivo de autores negacionistas que sofreram direta ou indiretamente as consequências da guerra relativizar ou negar os crimes nazistas contra os judeus europeus. A França sofreu durante quatro anos com a ocupação da Alemanha Nazista. Franceses étnicos e de origem judaica foram mortos, levados aos campos ou alvos de algum outro tipo de violência. Mesmo assim, é na França no imediato pós-guerra “onde a negação do Holocausto encontrou alguns de seus primeiros defensores” (LIPSTADT, 1994, p.58).

Deborah Lipstadt (1994, p.58) continua:

Poucos anos após a libertação da Europa, o esforço para minimizar o alcance e a intensidade das autoridades nazistas foi superado por alegações de que a morte de seis milhões de judeus não foi apenas muito exagerada, mas uma invenção. Embora os primeiros negadores não tenham se tornado parte de um grupo maior, suas táticas e argumentos se tornaram desde então elementos integrantes da negação contemporânea do Holocausto. Eles fizeram pouco ou nenhum esforço para disfarçar seu antissemitismo (Tradução nossa).

A historiadora norte-americana identifica Maurice Bardèche como um dos primeiros negacionistas franceses. Sendo um fascista conhecido, os ataques de Bardèche mesclavam críticas aos Aliados e defesa dos nazistas. Na obra *Nuremberg ou Terra Prometida* defende que pelo menos parte das evidências dos campos de concentração haviam sido falsificadas. Em relação às mortes, estas teriam sido provocadas por fome, doenças e outras privações advindas da guerra. Já em Bardèche, percebe-se, de forma embrionária, o modus operante de discussão mais tarde percebido em outros negacionistas.

Maurice Bardèche foi um notável ideólogo e defensor do fascismo Francês. Ficou conhecido pela frase inicial de seu livro “*Qu'est-ce que le fascisme?*”: “Sou um escritor fascista”. Seus livros *Lettre à François Mauriac*(1947), *Nuremberg ou la terre promise*(1948), e *L' Ouef de Christophe Colomb.Lettre à um Senateur d'Amerique*(1951) introduziram muitos aspectos das técnicas de propaganda neofascista, fazendo com que Bardèche fosse considerado o pai da negação do Holocausto e sua metodologia. Foi precursor de Paul Rassinier (BARNES, 2002).

Procurava diminuir a responsabilidade dos alemães ao mesmo tempo em que colocava a culpa nos judeus. Os julgamentos de Nuremberg haviam sido injustos. Os bombardeios dos

da Alemanha), o DVU (União Popular Alemã), o Partido Republicano Alemão (REP) e o FPÖ (Partido Liberal da Áustria).”

Aliados seriam crimes de guerra. O referido negacionista francês foi o primeiro a afirmar que as provas dos assassinatos nos campos foram falsificadas, que as câmaras de gás eram usadas para desinfecção. Embora muitos dos argumentos de Bardèche sejam utilizados atualmente pelos negacionistas, ele quase não é mencionado, pois era alegadamente um fascista, e os negadores buscam passar uma imagem desvirtuada do nazi-fascismo.

Paul Rassinier é outro negacionista francês com grande alcance, que durante a guerra passou pelos campos de Buchenwald e Dora. Em 1948, publica *Le passage de La Ligne* (Cruzando a linha), primeiro de tantos outros livros nos quais intenta mostrar a suposta inconfiabilidade das alegações dos sobreviventes dos campos em relação ao tratamento recebido pelos nazistas, mas especificamente sobre as atrocidades cometidas.

Rassinier, em quase três décadas passa de um comunista, indo para resistência francesa e chegando ao pós-guerra como um reivindicador dos nazistas, dedicando parte de sua carreira enquanto editor a provar que os crimes atribuídos aos nazistas eram ou injustos, ou inflados. Como esperado, suas obras não passam de um amontoado de falsidades, meias verdades, citações tiradas do contexto e ataque ao mundo supostamente dominado pelos judeus. Um padrão que se repete em outros negacionistas (LIPSTADT, 1994, p.59). De acordo Wistrich(2012), foi Paul Rassinier que primeiro deu certa credibilidade ao revisionismo.

Rassinier foi parcialmente motivado por um ódio amargo ao comunismo, que gradualmente o levou a desenvolver uma apologia pelo nazismo. Inicialmente, ele não negou o Holocausto, embora tenha descartado todos os testemunhos de sobreviventes sobre campos de extermínio como grosseiramente exagerados. Depois de 1950, Rassinier começou a atacar historiadores e estudiosos judeus como "falsificadores" e a amargamente denunciar Israel e os judeus do mundo por aumentar enormemente o número de mortos para aumentar seus "ganhos ilícitos." (WISTRICH, 2012, p.08, tradução nossa).

Debunking the Genocide Myth é um volume no qual são reunidos as mais importantes obras de Rassinier sobre o Holocausto. Lançado em 1977, pela *Noontide Press*, tem seu primeiro volume composto por duas das suas primeiras obras: *Crossing the Line* e *The Lie Of Ulysses*. O conteúdo dessas obras trata do comportamento dos presos e administradores dos campos de concentração. Nelas, alega que houve um aumento das atrocidades sofridas pelos sobreviventes e quem as cometeu não foi a SS, mas os presos responsáveis pela administração dos campos. Para ele, o testemunho dos sobreviventes não passava de fofoca, colocando os números de vítimas como improváveis. Desprezava, a crescente literatura sobre os campos

colocando-as como uma seleção de fofocas contraditórias e cheias de má-intenções (LIPSTADT, 1994, p. 60).

Para Rassinier não havia uma política de aniquilação, as mortes teriam ocorrido em razão de agentes agindo por conta própria e não em nome de uma política de estado baseada em alguma doutrina política estatal de extermínio. Partindo desse argumento buscou absolver as lideranças nazistas de suas responsabilidades pelas câmaras de gás. Nos seus primeiros trabalhos, não negava o extermínio, mas desconfiava do alto número de mortes (LIPSTADT, 1994, p. 60). De acordo com Milman (2000), Rassinier carregava consigo elementos aparentemente contraditórios para um negacionista, indo do esquerdismo ao nazifascismo de Maurice Bardèche.

Depois da morte de Paul Rassinier, entra em cena outro negacionista. Robert Faurisson, de origem anglo-francesa, professor de literatura da Universidade de Lyon nascido em 1929. Em 1978, comentando uma entrevista dada por um alto funcionário do Governo de Vich (na França Ocupada), Louis Darquier de Pellepoix, Faurisson afirma que as câmaras de gás não existiram. Em dezembro do mesmo ano, publicou no *Le Monde*, o artigo, “*O Problema das Câmaras de Gás*” ou “*O Boato de Auschwitz*” (MILMAN, 2000).

O contexto no qual Robert Faurisson surge como negacionista faz dele bastante conhecido. Assim, com o processo contra Jean Leguay, e seus subordinados Maurice Papon e Paul Touvir por crimes contra humanidade, a eleição de Mitterrand e a chegada dos socialistas ao poder, em 1981, a extradição do criminoso nazista Klaus Barbie, tem-se o acirramento do debate em torno de questões relacionadas a época na qual a França ficou sob julgo nazista. Mais uma vez em Faurisson percebe-se como o negacionismo do Holocausto pode juntar pessoas da extrema direita e extrema esquerda, pois nesses lados, o autor anglo-francês encontrou apoiadores e defensores (MILMAN, 2000).

Originalidade nunca foi característica dos negacionistas, copiam-se mutuamente. Dessa forma, percebe-se a similaridade nas suas objeções, argumentos e distorções. Faurisson utiliza das teses de Rassinier e também do negacionista norte-americano Arthur Butz. Este autor, no seu livro *The hoax of the 20th Century (A fraude do Século XX)*, coloca Auschwitz como sido criado pela propaganda dos judeus e dos vencedores da Segunda Guerra Mundial (ATKINS, 2009).

Como já era de se esperar, Faurisson também utiliza *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Graças a Faurisson o ideário negacionista saiu da França e viajou milhares de quilômetros até a Argentina, Austrália, Brasil, Canadá chegando com boa receptividade na

Alemanha e nos Estados Unidos (JESUS, 2006, p. 41- 42). Nesse país é incorporado ao antissemitismo e ao movimento eugenista (ATKINS, 2009).

O antissemitismo presente nos Estados Unidos cresceu no contexto da década de 1930 na qual os efeitos da Grande Depressão passaram a ser cada vez mais sentidos. Além disso, “Dois fatores espalharam a mensagem antissemita nos Estados Unidos, a obra *O Judeu Internacional: o maior problema do mundo*, de Henry Ford, e o talk show de rádio do padre Charles Coughlin no final dos anos 1930” (ATKINS, 2009, p. 145, tradução nossa).

Contudo, com o fim do referido conflito, o nazi-fascismo passou a ser mal visto pela sociedade norte-americana. Ainda assim, intelectuais norte-americanos apoiadores do nazismo, da mesma forma que seus semelhantes europeus, tentaram reabilitar o Nacional-Socialismo a partir da negação do Holocausto (ATKINS, 2009).

A disseminação da negação do Holocausto nos Estados Unidos teve a participação de muitos intelectuais. Exceto por algumas diferenças pontuais, suas obras não vão além daquilo já esperado de negacionistas, e nem estes destoam do perfil já conhecido. Mesmo assim, é interessante destacar Arthur R. Butz, pois, como coloca Atkins (2009, p.158, tradução nossa), “poucos escritores americanos da negação do Holocausto produziram um livro que teve tanto impacto na Europa e nos Estados Unidos quanto o livro de Butz”.

A obra em questão é *The Hoax of the Twentieth Century(O embuste do Século XX)*. O professor licenciado em engenharia elétrica formado pelo MIT utilizava as obras de Paul Rassinier, alegava que os documentos sobre o Holocausto foram falsificados pelos Aliados, rejeitava as testemunhas oculares, inclusive alemães. De acordo com ele, os alemães confessaram com intenção de conseguir algum tipo de benefício nas suas penas. Alegava exagero nos números de judeus mortos pelos nazistas. Em 2006, causou polêmica ao fazer comentários favoráveis a declaração do ex-presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, na qual negava o Holocausto (ATKINS, 2009, p. 158-160).

Outro negacionista norte-americano a ser mencionado é Willis A. Carto, que de acordo com Atkins (2009, p. 163, tradução nossa), é “o principal defensor da negação do Holocausto nos Estados Unidos.” É o fundador do *Institute for Historical Review (IHR)*, entidade responsável pela negação do extermínio nazista naquele país. Com sede em Newport Beach (Califórnia) é fortemente ligado ao Liberty Lobby, associação xenófoba e racista. É em volta desse instituto que gira a indústria negacionista norte-americana, uma das mais poderosas desde a década de 1980 (MILMAN, 2000). Segundo Magalhães (2019 , p. 07- 08, grifos do autor):

O IHR foi fundado em um subúrbio de Los Angeles, em 1979, por Willis Carto, um editor e político que figurava na proa da extrema-direita estadunidense. Desde sua criação, e através de diferentes estágios de seu desenvolvimento, o funcionamento do IHR integrava uma editora, um selo editorial, um periódico e uma série de conferências. A editora era a *Noontide Press* (NP), um órgão criado por Carto no final dos anos 1950 e, mais tarde, integrado à Legião para a Sobrevivência da Liberdade (Legion for Survive of Freedom – LSF), organização guarda-chuva sem fins lucrativos que também abrigava o IHR. O selo editorial levava o nome da casa e publicava títulos propriamente negacionistas, enquanto o catálogo da NP era mais diversificado. O *Journal for Historical Review* (Revista de Revisão Histórica - JHR) foi publicado e circulado com o formato de revista científica trimestralmente entre 1980 e 1992, e, entre 1993 e 2000, com periodicidade bimestral e como uma revista comum (*magazine*). Junto com o JHR, e às vezes anexado a ele, circularam boletins informativos como o *IHR Newsletter* e o *IHR Uptadte*. As Conferências Revisionistas Internacionais do IHR (*International Revisionist Conferences of the Institute for Historical Review - IRC-IHR*) eram convenções anuais que aconteceram com alguma regularidade entre 1979 e 2002.

Lipstadt (2017,p.40) conta como ficou surpresa e admirada ao saber da forma como os negacionistas agiam, tentando dá um ar de respeitabilidade e cientificidade as suas pesquisas. O *Institute for Historical Review* apresentava-se como uma organização acadêmica dedicada a buscar a verdade histórica. Suas conferências e publicações aparentavam ser acadêmicas. Contudo, a ética e a observância da teoria e metodologia, necessárias a qualquer pesquisa, não parece está presente nas pesquisas revisionistas negacionistas. O que faz um trabalho acadêmico ser aceito enquanto tal considera a maneira como foi construído.

O movimento revisionista negacionista é muito amplo e abarca diversos países e autores, inclusive o Brasil⁸. Tendo em vista que as suas pesquisas apresentam alegações facilmente refutáveis, porém com efeitos políticos capazes de influenciar milhares de pessoas, faz-se necessário estudá-lo para melhor combatê-lo.

Desse modo, é impossível para os historiadores ficarem alheios a essa prática. Para Castro (2014), o negacionismo do Holocausto é um mito político que toma forma na pseudo-história, com objetivo de dispor de autoridade intelectual e científica ao buscar legitimação historiográfica criando material na tentativa de produzir o discurso acadêmico e científico. Castro continua:

O Negacionismo do Holocausto não é uma perspectiva historiográfica legítima a se dedicar a revisar os postulados históricos do Holocausto,

⁸ Para saber mais sobre o negacionismo do Holocausto no Brasil ver: JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância* (1987-2003).São Paulo. Editora UNESP, 2006. Ver também: NETO, Odilon Caldeira. *Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 1097-1123.

mas sim um instrumento de ação ideológica a serviço de grupos políticos radicais em sua grande maioria de extrema-direita (2014, p. 10).

O autor conclui afirmando que o negacionismo do Holocausto é um tema contemporâneo e por isso deve ser objeto de estudo da História do Tempo Presente, haja vista ser necessário historicizar crítica e cientificamente o presente para poder compreender essa ideologia. Os historiadores dedicados a História Pública e defendem a democracia, os direitos humanos e a ampliação dos direitos civis devem incorporar os temas da pseudo-história e das teorias conspiratórias às suas pesquisas e cursos.

Embora busquem vestimentas de verdade, tentam afastar do nosso horizonte intelectual e político representações comprometidas com uma história democrática, que não esconde para as diversas coletividades as injustiças, o racismo, as desigualdades sociais, a violência estatal contra determinados grupos. Assim, procuram transformar o reconhecimento de feridas históricas e o debate sobre elas em ideias a serem rechaçadas, afirmando se tratar de doutrinação esquerdista (AVILA, 2019).

Os negacionistas buscam fazer uma interpretação rasa, simplista e final do passado, tratando as fontes da forma que lhes convém. Assim, Avila afirma:

Frente a representações simplificadas do passado, historiadores e historiadoras têm a responsabilidade de, nas palavras de Friedlander, “reintroduzirem a complexidade dos eventos históricos, a ambiguidade do comportamento humano e a indeterminação de processos sociais mais amplos”, especialmente os que ainda fazem parte do presente e afetam as vidas de milhões de indivíduos (2019).

O que os negacionistas pretendem não é um revisionismo legítimo do conhecimento histórico, mas encerrá-lo com interpretações supostamente verdadeiras que não admitem nenhuma contestação. Objetivam pôr para fora do horizonte acadêmico e político quaisquer contestações as suas narrativas. Assim sendo, o enfrentamento aos problemas gerado pelos negacionistas requer dos historiadores e historiadoras tenacidade e serenidade.

É preciso resgatar nossas promessas, sempre provisórias e passageiras, mas não menos potentes, para com os vivos e para aqueles e aquelas que não estão mais entre nós. Afinal, para recuperar Walter Benjamin, o avanço destes negacionismos e projetos intelectuais e políticos a eles associados, nos recordam que, nas nossas atuais circunstâncias, nem os mortos estão seguros (AVILA, 2019).

Deborah Lipstadt ficou surpresa e reagiu com certa ironia ao ler a carta que tratava sobre o processo a ser movido por David Irving. “Depois de ler as primeiras linhas, soltei uma

gargalhada”, “ eu disse, ainda rindo: “Isso é mesmo uma loucura...”, “ David Irving, o mais proeminente negacionista do Holocausto, ameaçava me processar por difamação por eu tê-lo chamado de negacionista” (LIPSTADT, 2017, p. 16).

Lipstadt achando que tudo não iria para frente, que não passava de ameaça vazia não deu muita atenção. Dias depois entregou a carta a sua assistente de pesquisa e pediu para entregar aos advogados da Penguin Books⁹ as fontes nas quais fundamentara suas críticas a Irving. Acreditava que isso bastava. Contudo, estaria no centro de um processo judicial no qual iria requerer tempo, dinheiro e saúde mental. Não por um algum crime, mas por seu trabalho enquanto historiadora. Clio sentará no banco dos réus!

⁹ Editora britânica do seu livro *Denying the Holocaust: The Growing Assault on Truth and Memory*.

CAPÍTULO III: A CONSTRUÇÃO DO EMBATE

A infância de David Irving se deu enquanto a Segunda Guerra Mundial se desenrolava. Nascido em Essex, Inglaterra, em 1938, estava, assim como outros futuros negacionistas, no turbilhão provocado pelas consequências daquele conflito. Seu pai, comandante da Marinha Real na Primeira Guerra Mundial, lutou também na Segunda Guerra, tornando-se, posteriormente, ilustrador de livros. Sua mãe trabalhava como artista comercial. Irving frequentara uma escola particular da qual saiu após fracassar em um exame de matemática e perder sua bolsa de estudo. Depois foi para o Imperial College da Universidade de Londres. Tentou entrar para a Força Área Real (RAF), mas reprovou no exame médico (ATKINS, 2009, p. 119).

Muito antes de se tornar conhecido por suas defesas negacionistas Irving já sofrera em razão de suas ideais. Desse modo, fora suspenso de uma revista estudantil, *Carnival Times*, pois imprimiu desenhos animados racistas e solicitou fundos a organizações fascistas. Seus editoriais continham apreço pelo fascismo britânico e pelo regime de apartheid na África do Sul. Enquanto estudava, viaja para Alemanha e trabalha na região do Ruhr. Volta para Universidade de Londres, mas não conclui seus estudos (ATKINS, 2009, p. 119).

Em virtude das suas experiências trabalhando na Região do Ruhr, decidiu se tornar um historiador especializado na Segunda Guerra Mundial. Seu primeiro livro foi *A Destruição de Dresden* de 1963, no qual criticava os Aliados, afirmando que o bombardeio da cidade alemã no final da guerra era desnecessário. Diante do sucesso financeiro do livro, o que demonstra uma boa recepção da obra, Irving cogitou que poderia ganhar a vida como historiador militar sem precisar de um diploma universitário (ATKINS, 2009, p. 119).

Envolve-se em outra polêmica com a publicação do livro *Accident: The Death of General Sikorski*, em 1967, no qual sugeriu que Winston Churchill teria mandado matar Sikorski. Não há nenhum registro documental que sustente tal alegação. Processou, porém, perdeu, um escritor que criticou seus argumentos (LIPSTADT, 2017, p. 42).

Outra publicação no mesmo ano também foi seguida de uma batalha judicial. Em *The Destruction of Convoy PQ17*, Irving afirma que ações negligentes do comandante britânico Capitão Jack Broome causaram fortes perdas em um comboio composto por 33 navios americanos e ingleses com destino à União Soviética. Broome processou Irving e a Cassell and Company por difamação, perdendo a causa, Irving teve de pagar 40 mil libras como indenização, valor alto para época. Em 1968, fora processado por difamação por Jillian Page, uma jornalista que havia escrito um artigo criticando Irving. Este por sua vez afirmou que o

texto saiu da mente fértil da jornalista. A acusação foi retirada após o autor inglês pedir desculpas e pagar custos do processo. (LIPSTADT, 2017, p. 42- 43).

Essas polêmicas e processos judiciais foram construindo a fama de Irving. Todas essas obras citadas já demonstram sua inclinação para o negacionismo, mas não necessariamente do Holocausto. Um dos livros mais polêmicos de David Irving é *A Guerra de Hitler* (1977) no qual intenta isentar de culpa o líder nazista. Para o autor inglês a responsabilidade recai sobre Heydrich e Himmler.

Mesmo com suas motivações ideológicas pendendo para Hitler, não se trata de uma obra negacionista do assassinato sistemático. De acordo com Irving as matanças ocorreram de forma não planejada e independente das vontades do Führer do Terceiro Reich. Por essa época David Irving não era um negacionista, seu objetivo era “desmonizar Hitler” (MILMAN, 2000).

Na obra em questão fica evidente uma das características mais marcantes dos negacionistas: a distorção das fontes históricas. Nesse caso, Irving faz uma interpretação totalmente desonesta de um registro telefônico de Heinrich Himmler do dia 30 de novembro de 1941, no qual tenta tirar qualquer responsabilidade do líder nazista na liquidação dos judeus europeus (ATKINS, 2009, p. 120).

Deborah Lipstadt (2017, p.43), ao comentar sobre as intenções de Irving coloca: “Acreditei que as conclusões de Irving só podiam ser resultado de distorções intencionais e minhas suspeitas foram confirmadas quando diversos acadêmicos escreveram longas críticas documentando que ele distorcia indícios históricos ”.

Mesmo como todas suas obras, palestras e polêmicas e já bastante conhecido, Irving permanece como figura periférica do movimento negacionista até 1988. Nesse ano, ocorre o julgamento do negacionista canadense Ernst Zündel, autor do *The Hitler We Loved and Why*, publicado pela *White Power Publications*. Zündel havia contratado Fred Leuchter para analisar as câmaras de gás de Auschwitz, Birkenau e Maidanek. Sua conclusão apontava para impossibilidade de pessoas terem sido mortas nas câmaras de gás. O relatório, aparentemente, vislumbrou Irving que declarou: “Minha percepção mudou porque entendo que toda a mitologia do Holocausto agora está aberta a dúvidas” (LIPSTADT, 2017, p. 46). Assim, passa de relativista a negacionista.

A adesão acontece com a publicação da introdução do *Leuchter Report* (1988), um relatório com pretensões científicas produzido por Fred Leuchter, engenheiro autodenominado especialista em instalações de câmaras de gás para presos no corredor da morte nos Estados Unidos. Leuchter havia sido financiado por Ernst Zündel, um negacionista

de origem alemã vivendo no Canadá que foi julgado¹⁰ (MILMAN, 2000). Em uma conferência no ano de 1992 realizada no *Institute For Historical Review* (IHR) Irving fala enquanto um negacionista. Suas suposições podem ser resumidas assim:

Houve assassinatos em massa de judeus pelos esquadrões de fuzilamento que operavam nos territórios ocupados da União Soviética; tais execuções eram conhecidas e aprovadas por Heydrich e Himmler, mas inteiramente desconhecidas de Hitler; centenas de milhares de judeus foram vítimas destes fuzilamentos, que se somaram aos maus tratamentos, às doenças, aos bombardeios Aliados e à fome trazida pela guerra; câmaras de gás jamais foram usadas para o extermínio de pessoas (MILMAN, 2000).

A mudança fica mais perceptível quando se analisa as duas edições da sua já referida obra *A Guerra de Hitler*, publicada primeiramente em 1977 e depois em 1991. Desse modo, Lipstadt (2017, p. 46-47) escreve:

Na edição de 1991, ele eliminou qualquer menção ao Holocausto, substituindo o termo por “extermínio dos judeus”, com vagas referências à “tragédia judaica” e “maus tratos aos judeus realizados por nazistas”. A edição de 1977 fazia referência às câmaras de gás. Na edição de 1991, essas referências foram substituídas por “rumores infundados e sem comprovação envolvendo fábricas de morte”. Ambas as edições apresentam um relato de um discurso de maio de 1944 feito por Hitler a um grupo de generais alemães e no qual garantia que “problema” dos judeus húngaros logo seria resolvido. Na edição de 1977, Irving escrevia logo após o discurso de Hitler: “em Auschwitz, a extinta parafernália da morte-ociosa desde 1943-começou a funcionar outra vez quando as primeiras cargas chegaram de trem da Hungria”. Na edição de 1991, essa frase foi substituída por: “Quatrocentos mil judeus foram presos na Hungria. O primeiro trem de carga chegou a Auschwitz trazendo força de trabalho escrava para a então pronta fábrica da I.G Farben.” Em 1977, esses judeus haviam embarcado para morte. Em 1991, eles seriam trabalhadores escravos. Leitores da segunda edição jamais ficariam sabendo que eles acabaram morrendo nas câmaras de gás.

Para Irving e outros negacionistas, a aceitação de algum estudo relacionado ao Holocausto depende de como ele trata a questão. Estão mais interessados nas conclusões do que na sustentação dessas conclusões. Não importa se segue a metodologia científica, o que importa é se busca desqualificar, relativizar ou negar a morte de seis milhões de pessoas nos campos. Isso bastaria. Se Irving se atentasse mais para falhas do *Relatório Leuchter* do que para suas conclusões, veria a falta de rigor científico. Crente na irrefutabilidade do que dizia e

¹⁰ Para saber mais sobre o julgamento de Ernst Zündel ver: GOLDSCHLAGER, Alain. *The Trials of Ernst Zündel*. In: WISTRICH, Robert S.(Ed.). *Holocausto Denial: The Politics Of Perfidy*. Jerusalem: Berlin; Boston: De Gruyter, 2012.

escrevia chegou a declarar, em 1992, que um ano depois ninguém acreditaria mais no Holocausto (LIPSTADT, 2017, p. 47).

Sua participação com publicações no *The Journal Historical Review* (TJHR) totalizam 13 artigos. Desses, dois foram analisados por Narcizo (2012 p. 99-100): *Life Under Fire* (1993), uma declaração feita em 1992 na *Eleventh IHR Conference*, quando Irving adere as teses negacionistas e publicada no ano seguinte no jornal revisionista, e *So, Who Was Right, Then?* (2002).

Life Under Fire começa com Irving fazendo uma apresentação na qual deixa claro que a adesão às teses negacionistas não faz dele um antisemita. Depois denuncia a ferrenha perseguição que passou a sofrer após se tornar negacionista, principalmente na Alemanha onde foi proibido de entrar.

Fala sobre o mandado de prisão contra ele existente na Áustria e a proibição de entrada nesse país, do banimento do Canadá e da sua detenção em Roma. Nessa primeira parte tenta se apresentar como um mártir da causa negacionista. Em seguida defende o direito de poder falar sobre suas conclusões e que seus objetivos são revisar determinado período da história e a legitimidade desse revisionismo.

No artigo em questão traz a temática da verdade, se opondo a forma como a história do Holocausto vem sendo escrita. Revisar a História é legítimo e faz parte do ofício do historiador. O ponto a ser levantado no caso de Irving e outros negacionistas é que eles se colocam como porta-vozes da verdade. Suas publicações e conclusões devem ser vistas como ponto final, pois elas são a verdade.

Irving, no curto artigo *So, Who Was Right, then?*(2002), procura demonstrar que opinião pública e novas evidências históricas fortalecem a tese de que em Auschwitz ninguém morreu por gaseamento. Embora tenha sido elogiados por historiadores por tornar público certos documentos, em Irving não se percebe novidade concernente a metodologia de pesquisa nem para os negacionistas, nem para o estudo do Holocausto, só as mesmas afirmações infundadas de sempre. Mas, é com ele que o debate em torno da verdade e da livre expressão ganha grande destaque (NARCIZO, 2012).

Tornando-se uma figura bastante conhecida não somente do seu tradicional público, mas também das vítimas do Holocausto e dos historiadores causa certa estranheza devido à sua maneira de se portar, suas declarações e escritos. Para Grobman e Shermer (2009, p. 48) é a figura mais paradoxal do movimento negacionista. Quer ser reconhecido pela comunidade acadêmica da área de história ao concomitante a despreza por suas críticas aos seus trabalhos.

Irving acusa os historiadores de prepotência enquanto suas falas e ações vão à mesma direção. Parece não entender ou não aceitar que essa suposta arrogância intelectual dos historiadores se dá pela maneira como seu trabalho é feito e na sua insistência em continuar negando o assassinato sistemático dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Com os negacionistas, a negação e as distorções vão sempre ao mesmo sentido. É como se a conclusão viesse antes da pesquisa.

A ascensão de Irving enquanto o mais proeminente negacionista se dá no último quartel do século XX. Como já foi discutido no capítulo anterior, essa época criou ambientes propícios para divulgação de abordagens pseudocientíficas (mas não somente) da história. Contudo, por essa época também já se tem uma historiografia do Holocausto bastante robusta e que ainda está longe de se esgotar.¹¹ Deborah Lipstadt é uma entre tantos intelectuais dedicados a pesquisa do tema em questão.¹²

A historiadora norte-americana publica, em 1993, um ano após a *Eleventh IHR Conference*, o livro *Denying the Holocaust: The Growing Assault on Truth and Memory*, “um estudo acadêmico sobre o negacionismo do Holocausto” (LIPSTADT, 2017, p. 16), no qual chama Irving de “um partidário de Hitler usando um cabestro” que “distorce[u] indícios, [...] manipul[ou] documentos [e] alter[ou] [...] e deturp[ou] dados para chegar a conclusões históricas insustentáveis” (LIPSTADT, 2017, p. 16).

Percebia Irving como o mais perigoso dos negacionistas devido o fato de ele não ser conhecido apenas por negar o Holocausto, mas também pelas longas listas de publicações de obras com temas voltados a Segunda Guerra Mundial com visões, segundo ela, solidárias aos nazistas. Até as críticas o tornariam mais conhecido do que outros negacionistas.

Dados as publicações e falas do autor de *A Guerra de Hitler*, Lipstadt não considerou polêmico o que havia escrito, pois Irving já tinha expressado em um tribunal no caso Zündel que não houve política para exterminar os judeus por parte do terceiro Reich, que não existe nenhum documento demonstrando a existência do Holocausto e era impossível utilizar as câmaras de gás para extermínio em massa. Desse modo, diante dessas e outras declarações, Lipstadt demonstrou surpresa por aquele que queria processá-la não ser ver como um negacionista (LIPSTADT, 2017, p. 16-17).

¹¹ Para saber mais ver: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *A nova historiografia do Holocausto*. (Bibliografia Comentada). In: Café História-história feita com cliques: <https://www.cafehistoria.com.br/https-www-cafehistoria-com-br-nova-historiografia-do-holocausto/>.

¹² Para saber sobre mais pensadores do Holocausto ver: BARTROP Paul R; JACOBS, L. Stevens. *Fifty key thinkers on the Holocaust and genocide*. Editora Routledge. London and New York, 2013.

Irving alegava que as descrições de Lipstadt haviam afetado a sua reputação. Escolheu processar a historiadora norte-americana em um tribunal na Inglaterra, pois, diferentemente dos Estados Unidos, os tribunais ingleses colocavam o ônus da prova nas mãos do acusado e não do acusador. Dessa forma, caberia a Deborah Lipstadt provar que dizia a verdade ao chamar David Irving de negacionista.

Em seu *Denying*, Deborah Lipstadt conta sobre sua recusa e surpresa de um produtor ao ser informado que não aceitaria debater com um negacionista do Holocausto. Para autora de *Negação* era inadmissível sentar-se frente a alguém para discutir a existência do Holocausto. Historiograficamente falando, as discussões sobre esse evento não se dão em torno da possibilidade de não ter acontecido.

Várias outras vezes Lipstadt recusou convites com as mesmas intenções. Segundo ela, aceitar debater com negacionistas significa dar a eles a respeitabilidade acadêmica e historiográfica que tanto almejam. Conta que era contestada com a pergunta: “não deveríamos ouvir suas ideias, opiniões ou pontos de vistas?” Nesse sentido, Lipstadt (1994, p. 12, tradução nossa) continua:

O que está errado, me perguntam repetidamente, com as pessoas ouvindo uma "perspectiva diferente"? Incapazes de fazer a distinção entre a historiografia genuína e o exercício puramente ideológico dos negacionistas, aqueles que vêem a questão sob essa luz são ativos importantes nas tentativas dos negacionistas de espalhar suas reivindicações. Este é precisamente o objetivo dos negacionistas: eles pretendem confundir a questão fazendo parecer que estão empenhados num esforço acadêmico genuíno quando, naturalmente, não estão.

As táticas utilizadas pelos negacionistas confundem aqueles desconhecedores da produção do conhecimento histórico. Desse modo, declarações infundadas nas quais, por exemplo, se afirma não ter ocorrido mortes por gaseamento ganham status de verdade. A distorção das fontes mistura verdades com mentiras.

Os negadores normalmente interpretam as recusas de participação em debates de historiadores e historiadoras como medo por partes desses profissionais de serem supostamente desmascarados e suas “mentiras” reveladas. Agem como se suas alegações fossem irrefutáveis, como se os acadêmicos da história os temessem. Mas, na verdade, embora não haja embates frente a frente, seus discursos são analisados, há certo tempo, e contrapostos levando em conta os pressupostos científicos sustentadores da pesquisa histórica.

Desse modo, é necessário traçar uma linha bem visível entre as duas formas de encarar a história presentes em Deborah Lipstadt e David Irving. É preciso entender as razões pelas quais as obras do autor inglês e tantos outros negacionistas serem mal recebidas por

historiadores e historiadoras, porque eles são chamados de revisionistas negacionistas e não somente revisionistas. Ao fazer isso delimitamos as diferenças entre um fazer historiográfico ético e não ético.

Uma das discussões sempre presentes quando o tema é ensino e pesquisa em História trata da questão da neutralidade do historiador e como isso afeta seus escritos. Não é possível deslocar o autor do seu contexto histórico ao ponto de travar qualquer influência ideológica, ideias políticas, cultura, religião em suas obras. Mas isso não significa aceitar trabalhos de má qualidade e enviesados.

Deborah Lipstadt conta em *Negação* como sua trajetória influenciou na sua vida acadêmica e na escolha de seus objetos de estudos. Vindo de uma família de judeus, mas não de sobreviventes do Holocausto, cresceu nos Estados Unidos tendo uma criação fortemente atrelada a cultura judaica no contexto pós-Segunda Guerra Mundial no qual os crimes nazistas, não somente contra os judeus, ficavam cada vez mais conhecidos.

Assim, lendo o primeiro capítulo do seu livro anteriormente citado, *Uma Odisseia Pessoal e Acadêmica*, percebe-se como a trajetória de sua vida e os acontecimentos nos quais estava inserida a afetaram enquanto profissional de história. Como aluna do College of New York estudara política americana do século XX. Envolveu-se em protestos nos anos de 1960 (LIPSTADT, 2017, p. 27).

Decidiu estudar na Universidade Hebraica de Jerusalém, Segundo ela, mesmo com a família apoiando Israel, a questão sionista não fora o motivador da escolha. Tinha vontade de viajar, praticar e melhorar o idioma hebraico. “A escolha por Israel não tinha um propósito espiritual, mas a viagem sem dúvida viria a ter um impacto capaz de mudar minha vida.” (LIPSTADT, 2017, p. 27).

A viagem ocorre no contexto de acirramento das tensões entre Israel e países árabes que culminou na Guerra dos Seis Dias e vitória israelense em junho de 1967. Para Lipstadt, a vitória significou o fim do Holocausto para os judeus. Após voltar para os Estados Unidos, largou a pesquisa histórica sobre a política norte-americana e começou a estudar história judaica moderna na Universidade de Brandeis. Depois do Oriente Médio, seu novo interesse de pesquisa histórica a faria adentrar na União soviética e quando voltou para Brandeis estava mais ainda interessada pelo estudo do Holocausto, mas especificamente na forma como judeus e não judeus reagem a ele (LIPSTADT, 2017).

Em uma das aulas do curso sobre a história do Holocausto, ministrado na Universidade de Washington, Lipstadt fora indagada por um aluno sobre o conhecimento do referido acontecimento por parte dos cidadãos norte-americanos. Motivada pela pergunta,

resolve pesquisar sobre a cobertura da imprensa. Assim, concluiu que apesar da perseguição aos judeus europeus ter sido noticiada em vários jornais, aparecia em pequenos artigos não muito destacados nas páginas, de um modo a ser facilmente ignorada ou receber pouca atenção (LIPSTADT, 2017).

Suas pesquisas começam a se aproximar do negacionismo quando fora convidada por Yehuda Bauer e Yisrael Gutman, professores da Universidade Hebraica de Jerusalém, para ficar a frente de um projeto sobre o negacionismo do Holocausto. Encarando os negacionistas como extremistas marginais, Lipstadt não achava importante fazer uma pesquisa histórica sobre eles, pois as alegações deles eram equivalentes à teoria da terra plana. Contudo, Bauer e Gutman encaravam o negacionismo como “uma forma nova e potencialmente perigosa de antissemitismo” (LIPSTADT, 2017, p. 39). Mesmo não totalmente convencida, a historiadora norte-americana aceita fazer a pesquisa e não demoraria muito para mudar de ideia.

Os negacionistas poderiam ser extremistas, mas estavam bastantes presentes nas discussões em torno do Holocausto, mesmo fazendo trabalhos procurando negar o assassinato sistemático dos judeus europeus recebiam atenção nas universidades. Suas redes de relações incluíam o *Liberty Lobby*, IHR, *Noontide Press*, grupos neonazistas nos Estados Unidos, Alemanha, Áustria, Reino Unido. Além de bem vistos no mundo islâmico e árabe, tinham destaque na mídia, fóruns de discussões. Normalmente, a justificativa em defesa de tais trabalhos apelava para a diversidade de opiniões, mostrar todos os lados, do tema. Na TV e rádio aparecia como uma “ideia intrigante”, e era preciso mostrar o outro lado (LIPSTADT, 2017).

Analisando a história de vida de Lipstadt e Irving, percebe-se a forte influência de aspectos das suas vivências na escrita de seus trabalhos. Embora a futura ré não seja sobrevivente dos campos, o Holocausto influenciou sua trajetória pessoal e acadêmica. Com o referido autor inglês aconteceu, provavelmente o mesmo. Sendo um britânico crescido durante o grande conflito e no pós-guerra, mas que por alguma razão se identifica mais com os alemães e seu sofrimento, o autor de *A Guerra de Hitler* se mostra incansável na defesa dos nazistas e de Hitler.

Ao se analisar a maneira como ambos constroem suas interpretações sobre o referido evento, percebe-se que enquanto de um lado há todo cuidado no sentido de apoiar argumentos e interpretações em trabalhos de historiadores e historiadoras, metodologias e teoria científica em voga; o outro busca arrancar dos documentos interpretações partir de distorções gritantes e erros grosseiros. Dessa forma, os registros históricos só são validos se corroboram na sustentação de determinado documento.

Lipstadt narra no livro *Negação* uma situação bastante ilustrativa dessa forma de encarar os documentos por parte Irving. Foi quando a revista semanal *Stern* comprou 62 volumes dos desconhecidos diários de Hitler. Irving tinha certeza que tais documentos eram (e de fato eram) falsos e expôs isso de forma teatral e midiática. Dias depois, Irving disse acreditar que os diários eram verdadeiros. Essa mudança de opinião se deve, provavelmente porque nos referidos registros não havia qualquer indício que Hitler sabia do Holocausto; assim, sustentava a tese defendida em *A Guerra de Hitler* (LIPSTADT, 2017, p. 43- 44).

O critério adotado por Irving para aceitar ou não documentos é como Hitler aparece. Percebe-se certa semelhança com Rassinier na sua tentativa de desqualificar testemunho até de alemães sobre os crimes nazistas. Nesse sentido, fica evidente porque os historiadores e historiadoras torcem o nariz e criticam fortemente os negacionistas.

Foi o historiador francês Henry Rousso que popularizou o termo negacionismo para designar os grupos e indivíduos que negavam a existência das câmaras de gás e o extermínio em massa dos judeus europeus pelos nazistas. Nesse sentido, seu emprego se deu em sentido contrário ao utilizado pelos próprios negacionistas, os quais se intitulavam fundadores de uma escola revisionista com pretensões de dar credibilidade intelectual e científica a falsificações e distorção de evidências (AVELAR, BEVERNAGE, VALIM, 2021). De acordo Moraes (2021):

A palavra foi inventada pelo historiador francês Henry Rousso e foi publicada em seu livro “A Síndrome de Vichy”, de 1987, como uma reação à forma como alguns negadores do holocausto se apresentavam em público e como eles eram designados: “historiadores revisionistas” ou simplesmente “revisionistas”. Para ele, o termo nem era sinônimo de negação (e nem mesmo de negação sistemática) e também não era sinônimo de negação pura e simples das políticas nazistas de extermínio. E por meio desse termo Rousso diferenciou, entre todos aqueles que negavam o holocausto, alguns deles que faziam isso de um modo específico, fraudando o passado e suas credenciais para falar sobre o passado em função de um projeto político. A estes ele chamou de “negacionistas”.

A criação do termo negacionista para designar aqueles que se autointitulam revisionistas tem um propósito, pois ao designá-los como historiadores revisionistas, uma expressão escolhida por eles, significa, mesmo de forma não intencional, dá a eles a respeitabilidade acadêmica e historiográfica que sempre almejaram, implica em atribuir as suas obras, posicionamentos, teses, algum grau de legitimidade.

Da mesma forma, ao serem taxados como negacionistas, suas falácias estão sendo exposta, a legitimidade pública que tanto almejam está sendo atacada, desacreditada

(MORAES, 2021). Assim, é de fundamental importância se referir a David Irving como um negacionista, e não como historiador e muito menos como historiador revisionista, ainda que ele tenha escritos inúmeros livros, artigos e analisados centenas de documentos. Desse modo, não é o número de obras que deve ser considerado, mas sim a observância da teoria e metodologia científica tão importante a qualquer trabalho pretensamente científico.

O revisionismo dos negacionistas tem um propósito, não é inocente. Talvez para alguém que desconheça o ofício do historiador, tal termo pareça novidade, porém, como coloca Marcos Napolitano (FIOCRUZ, 2020): “Todo trabalho historiográfico inovador é revisionista. O revisionismo faz parte do trabalho do historiador e do debate historiográfico, não há nenhum problema nisso [...]”. Contudo, é preciso observar o método histórico.

Na sua definição de revisionismo, Napolitano (2021, p.98-99) o conceitua como:

Um processo de revisão do conhecimento factual e das interpretações historiográficas dominantes, com bases em novas questões teóricas, novas hipóteses, novos métodos de análise e novas fontes primárias. Assim, há revisão historiográfica como procedimento que é fruto do avanço do conhecimento, da mudança de perspectiva e do surgimento de novas fontes. Este é oxigênio da área de história, mesmo quando remexe em passados sensíveis e explicações aceitas.

Assim, percebe-se a dinâmica envolvida por trás da construção do conhecimento científico na área da história, na qual o rigor e a ética conduzem o fazer historiográfico. Já em David Irving e outros negacionistas tem-se o que Napolitano chama de *revisionismo de matriz ideológica* que:

Parte unicamente de demandas ideológicas e valorativas e colige fontes e autores para confirmar uma visão pré-construída acerca de um tema histórico, quase sempre polêmico. Esse tipo de revisionismo é refém de objetivos meramente ideológicos, da falta de método e da ética da pesquisa histórica. Trata-se daquele revisionismo calcado na manchete sensacionalista sobre um tema histórico, na apropriação descontextualizada de trabalhos historiográficos, no anacronismo, no uso acrítico das fontes primárias (tomada como “prova factual” a partir de uma leitura superficial, sem crítica ou contextualização), sempre com o intuito de defender uma tese dada *a priori* sobre o passado incomodo e sensível (NAPOLITANO, 2021, p.99-100, grifo do autor).

As informações trazidas aqui sobre a vida de Lipstadt e Irving permitem mostrar um pouco do contexto histórico no qual cresceram e que isso influenciou nas escolhas de seus temas de pesquisa e na forma de como foram abordados. A negação, a relativização e a desqualificação do Holocausto só acontece a partir de análises de fontes totalmente

infundadas, desesperadas por arrancar conclusões que não surgiriam se o fazer historiográfico fosse levado a risca.

Quando historiadores e historiadoras se negam a um debate frente a frente com negacionistas não é por medo de seus argumentos supostamente irrefutáveis, mas para não dá a credibilidade intelectual que tanto almejam. A crítica à escrita da história ocorre a todo o momento com revisão por pares e tudo mais. Portanto, ao diferenciar os revisionismos é possível mostrar o que é preciso para se fazer um trabalho cientificamente válido. Desse modo, Lipstadt não exagerou ao chamar Irving de negacionista.

CAPÍTULO IV: IRVING VERSUS PENGUIN BOOKS E DEBORAH LIPSTADT

4.1 A ESTRATÉGIA DE DEFESA

David Irving entrou com uma ação contra Penguin Books e Deborah Lipstadt por difamação na Suprema Corte de Londres. No seu Livro *Negando o Holocausto: o crescente ataque à verdade e à memória*, Lipstadt examinou as origens, o crescimento da negação do Holocausto, os vários adeptos desse movimento revisionista e as bases para suas crenças. Argumentou que os negacionistas representam um perigo, pois é necessário que as gerações futuras aprendam com os terríveis acontecimentos das décadas de 1930 e 1940.

Citou também David Irving, quem considerava o mais perigoso porta-voz da negação do Holocausto. Por sua vez, Irving afirmava que certas passagens de *Negando o Holocausto* eram caluniosas, que o acusavam de ser um apologista nazista e um admirador de Hitler e indicavam que ele distorceu fatos e manipulou documentos para sustentar sua alegação de que o Holocausto não ocorreu. A lei inglesa de difamação coloca o ônus da prova sobre o réu. Nesse sentido, Penguin e Lipstadt tiveram que provar que os dados e evidências disponíveis para Irving quando escrevia seus livros não podiam sustentar suas conclusões históricas, e que muitas declarações sobre a história feitas por Irving eram falsas (MULVIHILL, 2001).

Lipstadt, desdenhando das ameaças de Irving, não imaginava, naquele momento, que elas evoluíram para uma batalha judicial de alguns anos. A referida ação foi o primeiro julgamento envolvendo o Holocausto em que um negador era o autor e um estudioso era o réu. Conforme as coisas se desenrolavam, a historiadora norte-americana resolveu agir. Assim, contactou um amigo em Londres o qual sugeriu um homem chamado Anthony Julius. Este tinha escrito um trabalho sobre o antisemitismo de T.S Eliot, além de ter sido o advogado de divórcio da princesa Diana. Depois de uma conversa ao telefone com Lipstadt, Julius aceita representá-la na ação (LIPSTADT, 2002).

Julius explicou que havia opções diferentes de como poderiam agir durante o processo. Poderiam defender que o autor da ação estava interpretando mal as palavras em questão. Contudo, a defesa de Lipstadt não poderia ir por esse caminho, pois Irving não estava interpretando mal o que havia sido escrito sobre ele. Quando Lipstadt o chamou de partidário de Hitler, ideólogo de direita e negador do Holocausto, ela quis dizer exatamente isso. A segunda opção era alegar que as palavras não eram difamatórias. Não poderiam ir por essa estrada também, pois foram usadas para criticar mesmo. Assim, quando terceiros lessem o livro *Negando o Holocausto* esperava que entendessem que Irving era um negacionista e tinha

feito declarações antissemitas abertamente. Por último, a defesa da ré poderia justificar que as palavras sobre as quais a denúncia foi apresentada, eram verdadeiras mesmo sendo difamatórias. Assim, sua escrita pela autora era justificada. Esse seria o caminho a ser seguido (LIPSTADT, 2002).

Embora não tenhamos que provar que cada detalhe do que escrevi estava correto, tivemos que provar a essência das minhas palavras, ou, como os tribunais definiram, a "verdade substancial". Na lei britânica, isso é geralmente conhecido como provando a verdade da "picada" da difamação. Nós não apenas demonstraríamos para o tribunal a falsidade das alegações de Irving sobre o Holocausto, mas também nos esforçaríamos para mostrar que, ao discutir o Holocausto, Irving consistentemente distorceu, citou erroneamente e ignorou os documentos que refutavam suas teorias. Julius foi inequívoco: "Vamos argumentar, exatamente como você fez em seu livro, que Irving não segue procedimentos históricos estabelecidos e subordina a verdade para fins ideológicos. Seus escritos e comentários sobre o Holocausto são, vamos argumentar, assinados para espalhar antissemitismo e gerar simpatia pelo Terceiro Reich" (LIPSTADT, 2002, p. 249, tradução nossa).

Com o decorrer do tempo enquanto o processo tomava corpo, novos passos foram dados. James Libson, que se juntou a Julius, explicou que primeiro era necessário preparar as alegações, a apresentação ao tribunal sobre o que percebiam ser as questões centrais. Depois cada parte entregaria a outra todos os materiais considerados relevantes para as questões. O próximo passo foi a preparação das declarações das testemunhas. Lipstadt se apresentaria ao tribunal por meio de uma declaração na qual teria que fornecer informações básicas sobre sua vida pessoal e profissional na medida em que se referissem ao caso. Então selecionariam testemunhas especialistas para analisar os trabalhos de Irving, com objetivo de avaliar a alegação de Lipstadt que o autor britânico era um negador e falsificador da história. Os relatórios seriam apresentados ao tribunal e a Irving antes do julgamento. Isso é necessário para evitar surpresas. Então, conforme os relatórios dos especialistas, Irving receberia uma lista de interrogatórios, perguntas que ele teria que responder antes mesmo do julgamento (LIPSTADT, 2002).

Foi decidido que não seriam chamados sobreviventes dos campos para testemunhar no tribunal, pois o julgamento não era para provar que o Holocausto aconteceu, mas para provar que Irving era um mentiroso. Chamar os sobreviventes poderia sugerir que precisavam de testemunhas oculares ou testemunhas de fato para provar que realmente houve extermínio. Além disso, Irving pretendia agir como seu próprio advogado. Assim, a defesa de Lipstadt achou que não seria ético colocar sobreviventes idosos em posição de serem perseguidos e

desafiados por quem negava todo o horror e desgraça que sofreram e a morte de milhões de pessoas no Holocausto (LIPSTADT, 2002).

Lipstadt esperava que os relatórios dos especialistas, assim como a leitura dela, encontrassem um padrão intencional de distorções históricas nos escritos de Irving sobre o Holocausto. Além disso, a historiadora norte-americana acreditava que os relatórios colocariam o autor negacionista na defensiva. Para cada um da equipe de especialistas foi pedido algo. Ao historiador Richard Evans, especialista em história alemã, foi pedido que fosse a principal testemunha histórica e conduzisse uma investigação historiográfica. Evans analisou Irving enquanto historiador, procurando saber se, ao escrever sobre o Holocausto, Irving aderiu a padrões aceitáveis de estudos históricos ou se propositalmente distorceu e falsificou a história (LIPSTADT, 2002).

A Evans, juntou-se o professor Robert Jan Van Pelt, especialista em arquitetura que havia sido coautor de um estudo sobre a história de Auschwitz. A ele foi pedido que se concentrasse nas alegações de Irving sobre as câmaras de gás de Auschwitz serem falsas. Como Irving justificou tais alegações? Que “evidências” usou para sustentar suas conclusões? Irving considerou o testemunho existente e provas documentais sobre as câmaras de gás? Outro especialista, o professor Christopher Browning da Universidade da Carolina do Norte, autor de *Homens Comuns: Batalhão de Polícia de reserva 101 e a Solução Final na Polônia (1991)* e um especialista sobre as origens da Solução Final, avaliou as afirmações de Irving de que os judeus mortos eram vítimas de ações desonestas e não de um plano centralizado, uma Solução Final, com cerne nos mais altos escalões nazistas. Em seu relatório, Browning reuniu a evidência documental da Solução Final, ignorada por Irving para poder fazer suas reivindicações (LIPSTADT, 2002).

O papel de Hitler na Solução Final foi analisado pelo especialista Peter Longerich, que se concentrou na afirmação de Irving de que Hitler não tinha papel direto na perseguição aos judeus. Hajo Funke, professor de Ciência Política na Universidade Livre de Berlim e um dos principais especialistas alemães em extremismo de direita, examinou o envolvimento de Irving com a direita radical alemã e a facção neonazista. O objetivo era mostra ao juiz e ao júri que a negação do Holocausto promovida por David Irving não era inocente, tinha motivo e lado político, que havia uma relação entre seu padrão de falsificação histórica e ideologia política. Ou seja, através de sua negação do Holocausto, Irving promovia sua ideologia política (LIPSTADT, 2002).

Levando em conta o que foi pedido aos especialistas, é possível dizer que Irving, de certa forma, se tornou um objeto da pesquisa histórica. A longa lista de material utilizada na

produção desses relatórios permitiu que as alegações de Lipstadt sobre sua contraparte no julgamento se provassem verdadeiras. A checagem das fontes, trabalho básico de qualquer historiador, foi suficiente para tirar todo o verniz de intelectual sério que Irving se pintou por muitos anos.

Desse modo, as inúmeras obras, as quais eram lembradas na hora de colocá-lo como autoridade, não impediram que seu autor fosse taxado como negacionista ligado a direita alemã e neonazistas. Para defender suas ideias era necessário fazer o que todo historiador é aconselhado a não fazer. Os relatórios tornaram-se evidências importantes tanto para o tribunal quanto para o público em geral por mostrar como trabalhou um dos mais notórios negadores do Holocausto. Desse modo, foram essenciais para o sucesso do caso em favor da ré.

4.2 A HISTÓRIA PERANTE O NEGACIONISMO

O julgamento,¹³ ocorrido entre 11 de janeiro e 11 de abril do ano 2000, contém elementos importantes para discussão sobre história e negacionismo. Contudo, não pretendemos reproduzi-lo na sua totalidade neste trabalho.¹⁴ Desse modo, focaremos em aspectos considerados pertinentes para nossa discussão.

Na sua declaração inicial,¹⁵ David Irving se apresenta como litigante, menciona os réus. Fala sobre o que consiste o processo. Coloca que já havia estado no tribunal antes em razão de suas obras. Diz não se considerar um especialista em Holocausto e nem ter escritos livros sobre esse tema. Se for especialista em algum tema, é no papel de Hitler na propagação da Segunda Guerra Mundial, nas decisões tomadas por ele e o conhecimento pelo qual baseou essas decisões. Assim, inevitavelmente escreveu sobre o Holocausto na medida em que discutia a participação do líder nazista no ocorrido. Devido ao processo foi obrigado a ser tornar uma espécie de especialista (DIA 1).

Afirma outras vezes não ser um estudioso do Holocausto na tentativa de dissipar sua responsabilidade sobre seus próprios escritos e conclusões. Qualquer pesquisador, mesmo não

¹³ Anthony Julius e James Libson foram os responsáveis pela construção da defesa de Lipstadt, mas não poderiam apresentá-la na corte. O sistema britânico faz uma divisão entre *solicitors*, que preparam o processo para o julgamento, no caso Julius e Libson, e *barristers*. Estes apresentam o processo no tribunal. Somente os barristers podem participar das audiências na Alta Corte. O escolhido para ser Barrister foi o advogado Richard Rampton (LIPSTADT, 2017).

¹⁴ O julgamento, e outros documentos relacionados ao caso, pode ser acessado na íntegra em: <https://www.hdot.org/trial-materials/>. Os trechos das falas utilizados nesta pesquisa, assim como os relatórios dos especialistas, são tidos como fontes e estão reverenciados nas notas de rodapé.

¹⁵ Disponível em: <https://www.hdot.org/day01/#https://www.hdot.org/day01/#>. Acesso em: 12/02/2023.

sendo um especialista no tema que está pesquisando, não foge a regra do método científico. Carecer de conhecimento aprofundado para determinado objeto de estudo não deve ser usado como argumento para fazer afirmações sem embasamento. O que é afirmado deve ser fundamentado. No caso da história não é diferente. Mesmo com as especificidades área.

Roger Chartier (2002, p. 98) coloca que a meta do conhecimento histórico é constitutiva da própria intencionalidade histórica. São basilares para as operações específicas da disciplina: construção e tratamento de dados, produção de hipóteses, crítica e verificação dos resultados, validação e adequação entre discurso de saber e seu objeto. Desse modo, o historiador não faz literatura, pois tem uma dupla dependência: do arquivo e dos critérios de cientificidade e das operações técnicas do próprio ofício.

Para Moraes (2011 p. 07- 08):

Os critérios de validade do escrito historiográfico estabelecem uma normatização para a escrita que, mesmo não escritos, compõe parte decisiva do *hábitus profissional dos historiadores*. Mesmo que a disciplina não tenha tradição específica na formalização de normas e padrões de escrita, as normas existem e se tornam visíveis menos por meio da apreensão de protocolos abstratos e gerais codificados em manuais e tratados do que concretamente em momentos de aprendizado e de prática de escrita e de avaliação dos resultados da pesquisa histórica. O traço mais geral do tipo de escrita sobre o passado que é o escrito historiográfico, é a idéia de que as proposições nele contidas sejam *verificáveis*. Isto o faz pertencer a uma família específica de escritos, que abarca escritos das disciplinas científicas aplicadas e históricas, incluindo aí a própria a história da filosofia (Grifos do autor).

A verificabilidade se mantém como critério para validar as proposições inerentes à disciplina da História, mesmo considerando as variadas formas de compreender um evento, um texto, uma pessoa ou um processo. Ainda que haja ideias distintas de como o processo de demonstração de proposições deva ser realizado, a necessidade de demonstrar as proposições faz parte da natureza do campo histórico (MORAES, 2011). Nesse sentido, através da metodologia da pesquisa histórica, os especialistas verificaram que as conclusões de Irving não têm fundamento.

Irving toca em uma questão sempre debatida quando o assunto é a escrita da história: a influência política. Segundo o autor inglês (DIA 1), não é mais possível escrever “história pura”, sem influências políticas. Esse tipo de alegação é normalmente feita por quem quer passar a ideia de imparcialidade, que não é preso a discursos político-ideológicos. O outro que é parcial e escreve motivado por agendas políticas.

Contudo, a “história pura” de Irving está cheio de informações infundadas. Nesse sentido, Richard Evans em seu relatório sobre Irving coloca¹⁶: “A descoberta da extensão do descaso de Irving pelos métodos adequados de erudição histórica não foi apenas surpreendente, mas também profundamente chocante”. (Parte 1.6, parágrafo 1.6.2, tradução nossa).

O autor continua afirmando que o relatório vai muito mais além do que Lipstadt alega, e se diz surpreso com a profunda duplicidade no tratamento dado as fontes históricas por Irving e também como essa desonestidade norteou toda sua produção escrita e falada. Isso vale tanto para seus primeiros trabalhos quanto os últimos. Seus inúmeros erros estão longe de ser mera ignorância ou desleixo, são calculados e deliberados, e isso faria deles algo chocante.

Para Evans, a análise do trabalho de Irving proporcionou evidências abundantes de que o autor de *A Guerra de Hitler*, desde pelo menos 1988, age como um negador do Holocausto. “Isto é, ele propagou ativamente a visão de que o Holocausto como convencionalmente entendido não aconteceu.” (parte 6, parágrafo 1, tradução nossa). Segundo Irving, não havia câmaras de gás funcionando, não houve extermínio sistemático de judeus pelos nazistas, o número dos judeus mortos pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial giraria em torno de algumas centenas de milhares, os Aliados fabricaram durante a guerra as evidências nas quais os historiadores usaram nas suas pesquisas sobre o Holocausto, depois usadas para justificar o Estado de Israel. Irving possui conexões com conhecidos negadores do Holocausto. Procura diminuir os crimes do Terceiro Reich (EVANS, 2000).

Irving (Dia 1) alega ter mérito em relação a documentos antes desconhecidos trazidos à tona por ele, por tornar o tema do Holocausto conhecido entre o público. Dentre esses documentos, cita o Relatório Bruns e o dossiê de Kurt Aumeier. Dizia como poderia ser um negacionista do Holocausto se havia publicado documentos com detalhes de assassinatos por agentes nazistas

Contudo, Evans afirmar que Irving é um porta-voz perigoso da negação do Holocausto, pois ao longo dos anos se apresentou com um historiador rigoroso, com um conhecimento gigantesco das fontes e olho capaz de enxergar falsificações. Contudo, há vários motivos pelos quais Irving não pode ser considerado um historiador. Não lê a produção de historiadores acadêmicos sobre o tema em questão. Falha ou é vago ao fornecer fontes do

¹⁶ David Irving, *Hitler e a negação do Holocausto* por Richard J. Evans. Disponível em: https://www.hdot.org/evans_toc/. Acesso em 14/02/2023.

que consultou. Plagiou outros negacionistas. A literatura da negação do Holocausto copiada por Irving está muito distante do tipo de erudição histórica cuidadosa e arquivística que ele costuma chamar de “história real”.

Richard Evans conclui seu relatório da seguinte maneira:

Irving é essencialmente um ideólogo que usa a história para seus próprios propósitos políticos; ele não está preocupado principalmente em descobrir e interpretar o que aconteceu no passado, ele está preocupado apenas em dar um relato seletivo e tendencioso disso para promover seus próprios fins ideológicos no presente. A preocupação primária do verdadeiro historiador, entretanto, é com o passado. É por isso que, no final das contas, Irving não é um historiador (Parte 6, parágrafo 21, tradução nossa).

A história enquanto disciplina cientificamente válida vem se construindo há mais de cem anos. De lá para cá, muitos historiadores têm feito contribuições. Muitos têm suas ideologias, opiniões políticas e tudo mais, e provavelmente olham para o passado a partir delas. Entretanto, seus trabalhos, hipóteses e conclusões estão dentro do que é aceitável, do que é possível presumir segundo as fontes, metodologia e teorias. Desse modo, se os historiadores brincam de ser Deus, como coloca Robert Darnton (2005), essa brincadeira é feita seguindo inúmeras regras.

Para Irving não é preciso se atentar para o que aconteceu na Polônia ou Rússia durante a Segunda Guerra Mundial. Mas sim o que aconteceu nos últimos 32 anos antes do julgamento na sua escrivania. Isso, de certa maneira, é verdade. Lipstadt e seus advogados não discutiriam a existência ou não dos assassinatos em massa dos judeus europeus pelos nazistas. Pretendiam questionar como Irving procedia enquanto autor. Ainda assim, foi preciso se atentar para os eventos mencionados pelo proponente da ação.

Richard Rampton, na sua declaração¹⁷ de abertura coloca que Irving não é um historiador, mas sim um falsificador da história. Um mentiroso de longa data. A mentira pode se dá de várias maneiras: supressão, omissão, invenção. Contudo, vai sempre convergir para distorções intencionais e deliberadas dos fatos.

Os meios utilizados por Irving para falsificar a história vão desde invenção, citação incorreta, supressão, distorção, manipulação indo até tradução incorreta que acabam na falsificação da verdade. Para, assim, exonerar Hitler. Essas e outras características fazem parte do *modus operandi* dos negacionistas.

De acordo com Marcos Napolitano (2021, p. 97): “Os discursos negacionistas na História se alimentam dos mesmos princípios da ‘má ciência’”. Intentam se passar por

¹⁷ Disponível em: <https://www.hdot.org/day01/#>. Acesso em: 15/02/2023.

científicos, mas são falseadores da crítica, da descoberta da verdade e da reflexão. Ainda segundo Napolitano (2021, p. 97), tais discursos se caracterizam por:

Títulos sensacionalistas (muito utilizados em pseudodocumentários e vídeos de divulgação em rede sociais, mas também em artigos e livros de divulgação). Resultados distorcidos e manipulados extraídos de outras pesquisas. Conflitos de interesse entre o pesquisador e os objetivos da pesquisa. Confusão proposital entre correlação e causalidade. Linguagem especulativa em excesso, sem uma argumentação baseada em evidências ou resultados aferidos. Amostra documental muito pequena para conclusões muito amplas. Generalização de casos particulares e exceções. Pesquisas sem controles dos pares (outros cientistas) ou de instituições científicas creditadas e reconhecidas. Seletividade nas fontes ou nos resultados, ocultando o que não confirma a hipótese inicial. Impedimento de acesso livre de outros pesquisadores aos materiais (fontes) e a criação de obstáculos à reprodutibilidade nas análises.

Para exemplificar o que estava dizendo, Rampton utiliza a maneira como Irving interpretou determinado registro telefônico de Heinrich Himmler, dando a entender que nenhum judeu fosse exterminado. Contudo, Himmler se referia especificamente a um único trem transportando judeus. Lipstadt (2017, p. 122) coloca:

O registro do telefonema indica que a alegação de Irving, de que Himmler estava impedindo a liquidação dos judeus, simplesmente não era verdadeira. Himmler dava ordens para que os judeus de Berlim em um trem específico não fossem aniquilados. Nas mãos de Irving, essa ordem havia passado de instruções sobre um trem específico a uma ordem que se aplicaria a todos os judeus.

Henrich Himmler, chefe da SS, registra no seu diário de bordo que no dia 30 de novembro de 1941, estava na toca do lobo, o quartel general de Hitler, localizado na Prússia Oriental. Irving, em *Hitler's War* (1977), coloca que essa visita se deu devido a convocação para uma conferência secreta com Hitler onde fora debatido a questão dos judeus de Berlim.

Às 13h30, Himmler é obrigado por Hitler a telefonar para Heydrich com a ordem explícita de que os judeus *não deveriam ser liquidados*. (ênfase dada por Irving). Para Rampton, isso é pura invenção. Não havia evidência de que Hitler convocou Himmler e o obrigou a telefonar para Heydrich. Além disso, Irving alega que no dia seguinte Himmler ligou para o general da SS Oswald Pohl, chefe-geral do sistema do campo de concentração, ordenando que “judeus devem ficar onde estão”. Essa é mais uma interpretação descabida de Irving, é baseada na entrada de 1º de dezembro no diário de Himmler. Todavia, Rampton afirma que se referia aos líderes administrativos da SS e não judeus.

Irving foi interrogado por Rampton¹⁸ sobre uma série de documentos desde os conhecimentos de Hitler sobre a Solução Final, uso acrítico de Irving do testemunho e memórias do ajudante de Hitler, sobre o número de vítimas no bombardeio de Dresden, negação do Holocausto. É também examinado sobre sua associação com extremistas de direita e negacionistas na Alemanha.

Rampton, em vários dias (DIAS 2, 3, 4, 5.) do julgamento, examina Irving sobre a chamada *Cadeia de Documentos de Irving* nos quais o autor inglês baseia sua opinião sobre o Holocausto. Tais registros se relacionam com conhecimento de Hitler sobre a Solução Final e sua natureza sistemática, registros telefônicos de Himmler, comunicações de Berlim a Riga sobre o fuzilamento em massa de judeus de Berlim. Além disso, discutem a seletividade de Irving em relação a testemunhas oculares e documentos contemporâneos como os de Walter Bruns, os diários de Goebbels, os relatórios dos Einsatzgruppen sobre seus assassinatos no oriente, notas de Himmler sobre uma reunião com Hitler.

Discute-se também o significado de palavras como “deportação”, “evacuação”, “extirpação”, “liquidação” e outras relacionadas ao destino dos judeus. Irving é questionado se Hitler deu alguma ordem escrita para o Holocausto (DIA 6). Rampton questiona Irving em relação a sua interpretação da nota de Schlegelberger e o conhecimento dos Aliados sobre os assassinatos em Auschwitz (DIA 7). Sobre a documentação para o uso de câmaras de gás em Auschwitz como os inúmeros relatórios forenses legítimos, planilhas e horários para trabalhadores, portas estanque a gás, correspondências relacionadas a detalhes arquitetônicos. Sua rejeição de testemunhas oculares das câmaras de gás e sua aceitação acrítica das conclusões do *Relatório Leuchter* (DIA 8).

Mediante a negativa de Irving não se ver enquanto negacionista do Holocausto, Rampton faz a leitura de um discurso feito pelo Irving em 1991, no Canadá, no qual dizia que acreditava no Holocausto até 1988. Mudou de ideia após testemunhar no julgamento de Ernst Zündel. Perguntado sobre o motivo de ter tirado as referências ao Holocausto da edição de 1991 de seu livro *Hitler's War*, disse que a palavra era ofensiva, vaga, imprecisa, e desse modo tinha que ser evitada. Dizia não negar toda a história do Holocausto, mas sim questões relacionadas às câmaras de gás (DIA 2).

Rampton perguntou a Irving como Hitler poderia ser contrário ou desconhecer os assassinatos ocorridos na Europa Oriental sob ocupação nazista, se os Einsatzgruppen faziam relatórios dessas execuções e mandavam para serem lidos por Hitler. Os registros eram feitos

¹⁸ Disponível em <https://www.hdot.org/day02/#>. Acesso em: 17/02/2023.

para facilitar a leitura por ele. Assim, Rampton coloca que devido as características do documento, o caminho feito até chegar à mesa de Hitler, não faria sentido supor que Hitler desconhecia sobre esses assassinatos (DIA 2).

O diário de Himmler é novamente citado. Segundo Irving, continha indícios irrefutáveis que Hitler teria ordenado que não houvesse nenhuma execução de judeus. Esse é um exemplo notório do modo como Irving interpretar os registros à sua maneira, com a intenção de tirar conclusões condizentes com a mensagem que quer passar. O diário falava de um único trem transportando judeu. Mas Irving colocou como se fosse relacionado a todos os outros trens presentes nos quatro cantos do Terceiro Reich, ao copiar uma palavra no plural, que no diário estava no singular (DIA 2).

Rampton interpelou Irving sobre o relato de Walter Bruns que havia sido citado várias vezes por Irving e por isso não seria um negacionista. De fato, tem razão. Porém, mais uma vez, deturpou os registros, alterando seu significado e dando a entender que Hitler tinha ordenado o fim dos fuzilamentos (DIA 3¹⁹).

Os historiadores não estão livres de fazer traduções erradas, atribuir significado diferente do original a expressões ou palavras, tomar conteúdo falso por verdadeiro. Ainda assim, quando tais coisas ocorrem, não convergem para mesma direção e nem procuram reinterpretar ações de sujeitos históricos na tentativa reabilitá-los.

No caso em questão, a grande protagonista é a história enquanto área de conhecimento cientificamente válida. A defesa, de certo modo, está fazendo trabalho de historiador ao examinar os escritos de Irving. Cada acusação, discordância é sustentada no exame das fontes tanto do próprio preponente da ação quanto de outros autores das ciências humanas e de outras áreas. Irving não é um negacionista porque Lipstadt quer que ele seja, ele é um negacionista devido à maneira sem fundamento que interpreta a história.

Voltando a Perini-Santos (2022), o que Irving e outros negacionistas produzem são crenças sem razões epistêmicas. De outro lado, quando os historiadores falam de verdade na história estão falando de crenças com razões epistêmicas, construídas em cima dos pressupostos científicos da área. Obviamente aquilo estipulado como verdade pode deixar de ser devido a novas fontes, teorias e metodologias. Assim, deixam, no todo ou em partes, de ter razões epistêmicas.

A história, no seu caminho para se validar cientificamente, passou a exigir critérios nos quais suas afirmações pudessem ser sustentadas como verdade com intuito de ser

¹⁹ Disponível em: https://www.hdot.org/day03_toc/. Acesso em: 18/02/2023.

diferenciar de outros tipos de relatos. Jörn Rüsen(2001,p.85) diz que a história enquanto ciência se faz com a intenção de se obter a “verdade de cada história narrada”. Isso fez com o que o método histórico fosse cada vez mais refinado. Desse modo: “A orientação pela pretensão de verdade é que permite articular as questões históricas e sistemáticas que os textos referem ”. Assim, “[...] que se possa ‘encontrar a verdade’ em textos referentes ao passado é um pressuposto otimista, decorrente de uma atitude realista prudente (mitigada), prevalente na metodologia científica de modo corriqueiro” (MARTINS, 2010, p. 19).

O objeto de estudo da história não está disponível da mesma forma que os de outras disciplinas. Ainda assim, de acordo com Hobsbawm (1998, p. 286-287):

[...] é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência. Se os seus textos são ficções, como o são em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria-prima dessas ficções são fatos verificáveis. O fato de que os fornos nazistas tenham existido ou não pode ser estabelecido por meio de evidências. Uma vez que isso foi assim estabelecido, os que negam sua existência não estão escrevendo história, quaisquer que sejam suas técnicas narrativas.

Os nazistas sabiam que o que faziam poderia ser descoberto através de inúmeras evidências, tanto que com a certeza do fim do conflito e a derrota iminente do Terceiro Reich, começaram a se desfazer dos inúmeros registros.

Diante das investidas, as respostas de Irving se mostravam evasivas nas quais procurava justificar suas conclusões na sua perícia no assunto, suposições que não poderiam ser comprovadas por fontes e comparações sem cabimento. Além, é claro das suas já conhecidas deturpações e citações seletivas. Parece que para Irving qualquer prova serve quando se trata de provar que Hitler desconhecia os assassinatos, mas nenhum documento serve para provar que o líder nazista tinha conhecimento e aprovava o extermínio dos judeus.

Assim, procura qualquer coisa considerada por ele como um erro ou não suficiente para provar algo e usa isso como argumento irrefutável e busca desconsiderar e desqualificar fontes que atestam o conhecimento e responsabilidade de Hitler sobre os assassinatos em massa de judeus.

Nesse sentido, Rampton indaga Irving sobre qual seria sua tarefa enquanto historiador, senão propor uma interpretação objetiva e justa conforme as evidências?²⁰ Para Grobman e Shermer (2009, p. 33), entre os negacionistas há uma suposição de que se eles encontrarem “[...] apenas uma pequena rachadura na estrutura do Holocausto, todo o edifício cairá” (tradução nossa).

²⁰ Disponível em: <https://www.hdot.org/day04/#>. Acesso em: 20/02/2023.

Esta é uma falha fundamental em seu raciocínio. O Holocausto não é um evento único que um único fato pode provar ou não provar. O Holocausto foi uma miríade de eventos em uma miríade de lugares e se baseia em uma miríade de dados que convergem em uma conclusão. Pequenos erros ou inconsistências aqui ou ali não podem refutar o Holocausto, pela simples razão de que esses pedaços solitários de dados nunca o provaram em primeiro lugar (GROBMAN E SHERMER,2009,p.33,tradução nossa).

Outro ponto que demonstra que Irving não se preocupa com as fontes desde que elas sustentem o que deseja concluir trata do já citado *Relatório Leuchter*. Este, de acordo com Rampton,²¹ continha muitos erros como a quantidade presumida de gás venenoso necessária para matar humanos. Além de outras imprecisões.

A pesquisa documental requer inicialmente conhecimento prévio parcial, sendo necessário um aprofundamento contínuo não apenas do documento em si, mas das condições nas quais tal documento foi criado, qual propósito de sua existência para indivíduos, grupos sociais ou políticos. Como coloca Carlos Bacellar (2008, p. 63, grifo do autor): **“Contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador”**.

O documento não é neutro, carrega consigo a opinião daquele que o criou, pessoa ou órgão privado, ou estatal. Entender as informações segundo o contexto de sua época é de fundamental importância no uso das fontes. Desse modo, ao se analisar as produções historiográficas consideradas negacionistas, seja do Holocausto, escravidão ou qualquer outro evento traumático, é preciso entender as motivações de seus produtores, pois: **“É fundamental, ao se trabalhar com qualquer fonte, discutir os critérios possivelmente adotados por quem a produziu, de modo a melhor decifrar a informação que ela nos fornece”** (BACELLAR, 2008, p. 66, grifo do autor).

O bombardeio de Dresden já no fim da guerra talvez seja um dos pontos mais controversos quando se discute as ações dos Aliados. O ocorrido é normalmente utilizado para tentar equiparar as ações dos envolvidos no conflito, pois é argumentado que o bombardeio não seria necessário já que era certo a Alemanha nazista ser derrotada. Em relação às vítimas do Bombardeio de Dresden, Irving procurou distorcer os números chegando a afirmar que morreram muito mais do que as estimativas oficiais estipulavam, fazia isso a partir de documento questionável. O número estimado de vítimas dessa ação é estimado entre 25.000 e 35.000. O número elevado surge de um documento originado no Ministério da Propaganda de Goebbels (DIA 13²²).

²¹ Disponível em: https://www.hdot.org/day08_toc/. Acesso em: 22/02/2023.

²² Disponível em: <https://www.hdot.org/day13/#>. Acesso em: 24/02/2023.

Obviamente, isso não torna o bombardeio menos passível de críticas. Contudo, mostra mais uma vez as reais intenções de Irving ao inflacionar mortes quando lhe convém e negar ou desqualificar quando contradizem seu discurso.

No seu testemunho, Robert Jan Van Pelt,²³ fala sobre a construção e implementação das câmaras de gás e crematórios em Auschwitz e sobre sua construção e uso. Irving, ao interroga Van Pelt, trata de inúmeras questões relacionadas a arquitetura de Auschwitz. Uma dessas trata de buracos em um telhado os quais Irving afirma que não existiram. Irving dá uma ênfase a tais buracos como se a não existência deles, colocassem em cheque a matança por gás em Auschwitz.

Robert Jan Van Pelt²⁴ examinou as distorções de Irving sobre Auschwitz, suas câmaras de gás e instalações de incineração e o papel na chamada “Solução Final do Problema Judaico”. Para Van Pelt, não restam dúvidas em relação Auschwitz ter sido equipado com câmaras de gás e que essas câmaras de gás foram usadas sistematicamente; Auschwitz funcionou como campo de extermínio para judeus entre o verão de 1942 e o outono de 1944, que a maioria dos judeus que chegaram a Auschwitz foram assassinados logo após às mencionadas câmaras de gás; provavelmente entre 800.000 e 900.000 judeus foram mortos na chegada a Auschwitz como parte da “Solução Final da Questão Judaica” iniciada e patrocinada pelo Estado, soma-se a esses números outros 100.000 judeus que morreram no campo por causa do efeito da crueldade acidental, privação geral, exaustão e doença, totalizando entre 900.000 e 1.000.000 vítimas judias de Auschwitz. Além desde, cerca de 120.000 outros internos morreram no campo como resultado da política alemã ou por negligência, sendo o maior subgrupo composto por poloneses (74.000), seguidos pelos ciganos (21.000) e prisioneiros de guerra soviéticos (15.000) (VAN PELT, 2000).

De acordo com Van Pelt, Irving negou várias vezes que Auschwitz tivesse câmaras de gás homicidas e que essas câmaras fossem sistematicamente usadas; negou o funcionamento de Auschwitz como campo de extermínio para judeus entre o verão de 1942 e o outono de 1944; negou que os judeus foram assassinados logo após sua chegada a Auschwitz nas câmaras de gás mencionadas; mesmo sem ter feito nenhum tipo de pesquisa séria sobre o assunto, negou os resultados de estudos sobre a quantidade de mortos em Auschwitz; Irving juntou-se a negadores conhecidos do Holocausto como Robert Faurisson, Ernst Zündel e instituições como o *Institute for Historical Review*; Irving já negava o Holocausto quando Lipstadt lançou *Negando o Holocausto*.

²³ Disponível em: <https://www.hdot.org/day09/#>. Acesso em: 25/02/2023.

²⁴ *O Relatório Van Pelt*. Disponível em: <https://www.hdot.org/vanpelt/#>. Acesso em: 27/02/2023.

Ao interrogar Browning,²⁵ Irving questionou o motivo de judeus terem sido assassinatos na Europa Oriental. Com a intenção de desresponsabilizar Hitler, sugere primeiramente que Berlim não dava ordens para os assassinatos, depois passou dizer que a matança ocorria por motivos militares. Irving começa²⁶ uma discussão com intuito de lançar dúvidas sobre os números de mortos, Browning por sua parte coloca que as estimativas são feitas a partir de vários registros considerados confiáveis. Ainda que não cheguem a um número exato, dão a dimensão do alcance do extermínio.

Christopher Browning²⁷ afirma que gaseamento e fuzilamento foram os dois principais métodos utilizados pelo regime nazista para implementação da Solução Final ou assassinato em massa dos judeus europeus capturados. Tais operações de assassinato são sustentadas por quatro tipos de evidências utilizados por estudiosos na escrita da história e autoridades judiciais: documentação contemporânea; depoimentos de testemunhas registradas posteriormente (sobreviventes, perpetradores e espectadores); evidência material; provas circunstanciais. Entre os documentos sobreviventes a destruição de provas feita pelos nazistas, os relatórios dos Einsatzgruppen são a coleção mais rica e relevante para mostrar o assassinato em massa dos judeus por fuzilamento. Os relatórios tinham como objetivo demonstrar claramente que a política governamental de assassinato dos judeus estava sendo executada com zelo e eficiência e que Hitler estava ciente disso.

Irving começa interrogar Richard Evans²⁸ perguntando sobre suas visões políticas e sugerindo que poderiam ser ditada por seu partido (o partido trabalhista). Diante da tentativa de ser colocado como parcial, Evans afirma que seus trabalhos criticam tanto historiadores de direita quanto de esquerda. Outro ponto abordado por Irving foi a acusação de racismo. Segundo ele, não seria racista por empregar pessoas não brancas. Essas questões não estavam diretamente relacionadas com o relatório de Evans. Podem ter sido levantadas para tenta desqualificar o autor ou as acusações de racismo.

Sobre o relatório, Irving pergunta sobre uma passagem em específico na qual Evans escreveu: “Não suprimimos nenhuma ocasião em que Irving tenha usado métodos aceitos e legítimos de pesquisa histórica, exposição e interpretação. Não houve nenhuma”. (Dia 18, p. 116). Em seguida, Irving questiona: “Eu nunca usei material histórico de maneira apropriada?” e recebe de Evans a resposta: “Não no material que examinamos [...]”.

²⁵ Disponível em: https://www.hdot.org/day16_toc/. Acesso em: 28/02/2023.

²⁶ Disponível em: https://www.hdot.org/day17_toc/. Acesso em: 28/02/2023.

²⁷ Browning: *evidências para a implementação da Solução Final*. Disponível em: <https://www.hdot.org/browning/#>. Acesso em: 01/03/2023.

²⁸ Disponível em: https://www.hdot.org/day18_toc/. Acesso em: 02/03/2023.

Mais adiante (p. 117), Evans explica que devido a extensa produção a ser analisada optou por ser concentrar nos argumentos mais fortes e nessas partes não se verificou o uso de argumentos aceitos e nem métodos legítimos de pesquisa histórica. Questionado pelo Juiz Gray se isso não acarretaria uma possível interpretação enviesada, responde que procurou contestar pontos os quais provariam alegações de Irving. É como se Irving considerasse insuficiente o que foi analisado para chegar as conclusões apresentadas nos relatórios.

Ainda com intuito de atacar as diversas fontes utilizadas para discutir o ocorrido com os judeus durante a Segunda Guerra Mundial, Irving²⁹ discorre sobre o Diário de Anne Frank perguntando se era um diário ou um romance, depois perguntou se eram vários diários. Essas perguntas tinham como objetivo desqualificá-lo enquanto documento histórico. Nesse sentido, Irving sugeriu que páginas inteiras do diário teriam sido escritas com caneta esferográfica. Análises haviam concluído que houve acréscimo subsequente de seções, mas a maioria é verdadeira e não foi escrita com caneta esferográfica.

Irving³⁰ coloca que Evans o “[...] critica por adotar posições sobre Adolf Hitler e suas decisões que são às vezes favoráveis” (p. 2) e pergunta se isso é errado. Para Evans, se contrariar as evidências, a resposta é sim. A questão é que o esforço de Irving para desculpar o líder nazista é baseado em distorções, traduções erradas, citações mal feitas e seletivas. Essa tentativa fica muito evidente na análise feita por Irving do papel de Hitler na noite dos cristais.

Ao interrogar Peter Longerich, Irving³¹ continuou com suas tentativas de tentar invalidar argumentos se concentrando em termos que segundo ele não falavam sobre exterminar judeus. Em determinado momento, Irving alega que Hitler não poderia ser antissemita, pois seu motorista, Emile Morris, seria judeu. Essa fala lembra aquelas vindas de pessoas acusadas de racismo, tentando justificar que não são racistas porque têm amigos negros ou trabalham com pessoas negras.

Peter Longerich,³² escreve “não há dúvida que o comportamento de Hitler durante toda a sua carreira política-desde o fim da Primeira Guerra Mundial até o fim da Segunda Guerra Mundial-foi caracterizado por um antissemitismo radical.” (Tradução nossa). Longerich salienta que o antissemitismo de ditador alemão por si só não explica a perseguição e assassinato dos judeus europeus pelo regime nazista. Ainda assim, uma história da Solução

²⁹ Disponível em: <https://www.hdot.org/day20/#>. Acesso em: 04/03/2023.

³⁰ Disponível em: <https://www.hdot.org/day21/#>. Acesso em: 05/03/2023.

³¹ Disponível em: <https://www.hdot.org/day24/#>. Acesso em: 06/03/2023.

³² Longerich: *o papel de Hitler na perseguição dos judeus pelo regime nazista*. Disponível em: <https://www.hdot.org/longrole/#>. Acesso em: 07/03/2023.

Final precisa levar considerar o papel central de Hitler na construção do processo e na tomada de decisão.

Ainda segundo Longerich, o antissemitismo estava entranhado na ideologia de Hitler e sua linguagem em relação aos judeus era permeada por ódio e ameaças. Durante as décadas de 1920 e 1930, Hitler almejava a remoção dos judeus através da emigração ou expulsão a serem feitas com uso de violência e até assassinatos. Enquanto comandante do estado alemão, se ocupou de fazer medidas antijudaicas. Radicalizou a política antijudaica passo a passo.

Após a Kristallnacht, anunciou a aniquilação dos judeus em diferentes ocasiões. Mesmo que Hitler tenha evitado dar ordem escrita clara para exterminar civis judeus, há evidências de que esteve profundamente envolvido na política antijudaica durante a guerra. As ordens das execuções em massa na Polônia entre 1939 e 1940 são de inteira responsabilidade de Hitler.

Em 1941, ordenou o exterminou da intelligentsia judaico-bolchevique e de todos os inimigos dos territórios ocupados. Estava ciente das execuções em massa de civis judeus nos territórios orientais ocupados. Em 1941, Hitler deu a ordem para iniciar as deportações em massa da Alemanha para os guetos localizados na Europa Oriental. Enquanto ocorriam os preparativos para Solução Final na Europa, falava abertamente sobre a aniquilação dos judeus europeus. Cartas e discurso de Himmler constataam que a aniquilação dos judeus deveria ser feita em nome de Adolf Hitler.

Em seu outro relatório,³³ Peter Longerich mostra que as alegações de Irving sobre a política nazista de perseguição ter sido casual e não genocida não encontra sustentação nas evidências disponíveis. Para a realização do assassinato em massa, os nazistas montaram uma complexa maquinaria de destruição que teve como característica a divisão do trabalho. A análise dos elementos individuais presentes, a maneira como foram pensados e postos em prática não dão espaços para dúvidas: os assassinatos ocorreram de maneira sistemática.

A investigação feita por Longerich cobriu as execuções em massa na União Soviética ocupada na segunda metade de 1941; o assassinato em massa regional da população civil judaica fora da União Soviética entre o outono de 1941 e a primavera de 1942; a transformação desses assassinatos em massa em uma máquina unificada de deportação e extermínio na área dominada pela Alemanha na primavera e no verão de 1942.

³³ *O caráter sistemático da política nacional-socialista para o extermínio dos judeus por Heinz Peter Longerich.* Disponível em: https://www.hdot.org/longsys_toc/. Acesso em: 08/03/2023.

O testemunho de Hajo Funke³⁴ se concentrou na acusação de que o Irving mantinha relações próximas com pessoas e partidos ligados ao negacionismo e a direita na Alemanha e também em outros países. Irving, tentando diminuir, sua relação com esses grupos dizia que isso não fazia dele um negador de direita. Contudo, como o relatório de Funke mostrou, as evidências (diários, correspondências, vídeos de palestras, conferências, discursos, além de outros) dizem o contrário.

Hajo Funke³⁵ escreve sobre a relação de Irving e partidos extremistas alemães como a DVU, que é extremista, anti-sistema e propagador do ódio racial. Por um período de dez anos, (1982-1992) Irving foi parceiro de uma aliança política sustentada com a DVU e seu líder Gerhard Frey. A relação com o partido se mostrava bem próxima, pois mesmo não sendo membro, Irving possuía posição de destaque político dentro do partido. Com suas turnês de palestras e participação constante nos comícios anuais da DVU, Irving se identificou com os principais objetivos do partido e os propagou ativamente.

Com o *Relatório Leuchter*(1988) Irving se converteu ao revisionismo inflexível e foi ainda mais para direita. Juntamente com Zündel pode ser considerado o mais expoente e proeminente revisionista radical tanto no cenário alemão quanto internacional. Irving se aliou a organizações neonazistas as quais algumas foram banidas. Mesmo que Irving procurasse negar algum tipo de proximidade com partidos de direita alemães suas ações e falas mostravam o contrário. Assim, a negação do Holocausto de Irving tem motivação política (FUNKE, 2000).

No dia 29º do julgamento,³⁶ Rampton interroga Irving sobre suas conexões com extremistas de direita nos Estados Unidos e Grã-Bretanha e seu antissemitismo. Trata também da ciência de Hitler sobre a Solução Final e sobre a seletividade dos testemunhos oculares feita por Irving. As respostas do autor inglês continuam no mesmo padrão de antes. Afirma não ter negado a existência das câmaras de gás em geral e nega sua proximidade com grupos de supremacia branca. Rampton, por sua, traz documentos que provam o contrário.

Após 32³⁷ dias o julgamento chega ao fim com as partes fazendo suas declarações finais. Após anos se encerrou um caso que levou para o tribunal duas formas distintas de

³⁴ Disponível em: <https://www.hdot.org/day27/#>. Acesso em: 11/03/2023.

³⁵ Funke: *David Irving, negação do Holocausto e suas conexões com extremistas de direita e Neo-Nacional Socialismo (Neonazismo) na Alemanha*. Disponível em: <https://www.hdot.org/funke/#>. Acesso em: 13/03/2023.

³⁶ Disponível em: https://www.hdot.org/day29_toc/. Acesso em: 16/03/2023.

³⁷ Disponível em: https://www.hdot.org/day32_toc/. Acesso em: 17/03/2023.

escrever a história. Na sua sentença,³⁸ na qual deu causa ganha a equipe da ré, Deborah Lipstadt, o juiz Charles Gray fez inúmeros apontamentos, dentre eles:

Acho-me incapaz de aceitar a alegação de Irving de que sua falsificação do registro histórico é produto de erro inocente, má interpretação ou incompetência de sua parte. Quando são levadas em consideração todas as considerações apresentadas [...], parece-me que a inferência correta e inevitável deve ser que, na maior parte, a falsificação do registro histórico foi deliberada e que Irving foi motivado por um desejo de apresentar eventos de maneira consistente com suas próprias crenças ideológicas, mesmo que isso envolvesse distorção e manipulação de evidências históricas (parágrafo 13.163, tradução nossa).

Gray coloca que o tratamento de Irving à evidência histórica é tão perverso e notório que não é possível aceitar que sejam não intencionais. Impossíveis de serem inocentes, os erros de Irving, vão ao encontro de sua intenção de conscientemente deturpar, manipular ou distorcer as provas de modo a adequá-las às suas próprias concepções. Para o Juiz Gray, Irving distorceu deliberadamente as evidências para alinhá-las com suas crenças políticas.

A história do Holocausto como afirma Grobman e Shermer (2009) é corroborada por uma documentação bem diversificada: documentos escritos, cartas, memorandos, ordens militares, discursos, memórias, testemunhos, confissões de sobreviventes, de judeus sondercommandos, de soldados da SS, de comandantes nazistas, de habitantes do em torno dos campos, fotografias (de militares, clandestinas tiradas por sobreviventes, aéreas e não oficiais tiradas pelos militares alemães), os campos de concentração, de trabalho, de extermínio, provas baseadas em dados demográficos.

Assim, dizer que a negação do assassinato sistemático dos judeus europeus pelos nazistas equivale à negação de parte da história não é nenhum exagero. Se não se pode confiar no que as pesquisas sobre esse tema afirmam; então, não se pode confiar no que as pesquisas sobre outros genocídios e massacres alegam. Os métodos e as fontes são semelhantes.

Mesmo com toda documentação disponível não fora encontrado nenhum documento contento ordem escrita explícita de Hitler para exterminar os judeus. Talvez nunca seja encontrado, pois não existe. Nesse sentido, Hobsbawm (1998, p.290) pontua:

A evidência pode mostrar conclusivamente, contra aqueles que o negam, que o genocídio nazista dos judeus aconteceu, mas, embora nenhum historiador sério duvide que Hitler desejasse a “Solução Final”, ela não pode demonstrar que ele deu uma ordem específica nesse sentido. Dado o modo de operação de Hitler, semelhante ordem escrita é improvável, e não se encontrou nenhuma.

³⁸ Disponível em: <https://www.hdot.org/judge/#>. Acesso em: 18/03/2023

As postulações dos negacionistas, seja do Holocausto ou de qualquer outro tema, ao nível teórico e metodológico, não são um desafio à historiografia. O problema se dá quando milhares de pessoas começam a dar créditos a elas, colocando-as com imparciais e palavra final. Dentre as inúmeras situações que o caso mostrou, duas são evidentes: o discurso negacionista encontra adeptos em todos os lugares; e a disciplina histórica está bem estruturada.

O movimento negacionista é internacional! Em cada lugar que chega adquire novos elementos conforme o contexto econômico, político e social. No caso do Brasil, a Escravidão, o Regime Militar e outros temas relacionados à história do país têm sido alvo de negacionistas. Desse modo, Maria Ligia Prado (2021, p.55) escreve:

Nos últimos anos, grupos políticos conservadores brasileiros tomaram a História como um campo privilegiado para batalhas ideológicas. Eles buscam apresentar reinterpretações de certos acontecimentos centrais da história do Brasil, tentando desqualificar competentes e consolidados estudos historiográficos.

Marcos Napolitano (2022, p. 218), coloca cinco características ligadas ao negacionismo e revisionismo ideológico:

- Negacionismo raiz (exemplo: “não existiu Holocausto judeu ou as câmaras de gás”);
- Revisionismo ideológico que camufla posições conservadoras e contras grupos e movimentos sociais (“nem todos os indígenas resistiram ao colonizador, muitos se aliaram a ele, portanto os indígenas não foram vítimas passivas”) - esse tipo de revisionismo se opõe a uma suposta “história politicamente correta”;
- Atualização das teorias conspiratórias da extrema direita (“o comunismo ainda é ativo e quer dominar o mundo, disfarçando-se de globalismo”);
- Relativismo historiográfico (“a análise histórica é só uma guerra de narrativas, cada um tem sua verdade”);
- História como utopia regressiva (“a elite brasileira precisa recuperar os exemplos e valores do passado colonial e monárquico para regenerar a política e as sociedades brasileiras”).

A idealização do passado passa por um processo no qual a história que não serve a tal propósito é desqualificada como um produto mentiroso. Nesse sentido, as narrativas sobre

massacres, crimes contra humanidade, repressões de grupos étnicos são relativizados, desqualificados ou negados nos escritos negacionistas.

Isso se faz escrevendo sobre história, atacando a produção historiográfica produzida em centro de pesquisas como as universidades e o ensino de história na educação básica e superior. Não atoa o Movimento *Escola sem Partido*³⁹ se põe contra uma suposta doutrinação feita pelos professores do Brasil.

Desse modo, nos últimos anos houve muitos casos de professores⁴⁰ acusados de doutrinação comunista nas escolas. Assim, criou-se um clima de tensão com docentes passando por situações muitas vezes vexatórias e humilhantes nas quais alguns foram demitidos. Essas disputas se constroem em tornos de debate nos quais, de um lado, a ciência é tida como ideológica, e de outro, postulados enviesados e sem base científica são tratados como verdades. Dependendo da maneira como é escrita e ensinada, a história pode fornecer justificativas para movimentos intolerantes e totalitários. Por isso, é preciso sempre ficar vigilante e não permite que os escritos negacionistas permeiem as discussões históricas. Nesse sentido, Hobsbawm (1998, p. 17) afirma:

Eu costumava pensar que a profissão de historiador, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode. Nossos estudos podem se converter em fábricas de bombas, como os seminários nos quais o IRA aprendeu a transformar fertilizante químico em explosivos.

O racismo, a xenofobia, os discursos ultranacionalistas, as manifestações por intervenção militar são baseadas em teorias que não encontram respaldo nas ciências. Diante disso, seus autores procuram se passar por pesquisadores sérios, não ideológicos. Atacam aquilo que discorda de suas ideias. Contudo, a ciência, e aqui, mais especificamente a história, tem meios para contra-atacar, como o caso Irving versus Lipstadt deixou bem evidente.

³⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46006167> . Acesso em: 20/03/2023.

⁴⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html . Acesso em: 20/03/2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que o resultado do julgamento tivesse dado causa ganha a Irving, a verdade histórica, entendida, grosso modo, por aquilo que pode ser fundamentado em inúmeras fontes, não deixaria de ser verdade. A crítica da defesa da ré aos escritos de Irving foi baseada em consensos históricos fundamentados nas pesquisas de inúmeros especialistas. O que ficou evidente no tribunal foi que a história enquanto área do conhecimento é cientificamente válida.

Possui método de investigação fundamentado nas premissas da construção do conhecimento científico e não se fecha em si. Assim, em trabalhos nos quais é necessária a participação de especialistas de outras áreas, percebe-se como o conhecimento histórico pode corroborar e ser corroborado, por exemplo, por análises da arquitetura dos campos ou análises químicas sobre a quantidade de gás ideal para gasear pessoas. Os relatórios dos especialistas mostraram isso quando fizeram de Irving e suas obras, vamos dizer assim, “objetos da pesquisa histórica sobre o negacionismo do Holocausto”.

Aliás, Faurisson, Rassinier, Irving e tantos outros negacionistas são sujeitos na história. Estão inseridos em contextos históricos. Não por acaso, estão ligados a pautas conservadoras, são antissemitas, racistas e são usados para fundamentar ideologicamente grupos neonazistas na virada do século XX para o XXI.

Os saudosistas do Regime Militar e do Brasil Império negam ou relativizam a tortura, a falta de liberdade de expressão, a corrupção, a Escravidão, os problemas econômicos. Além disso, as constantes disputas por terras indígenas abrem caminho para revisionismos nos quais tais grupos étnicos são vistos de forma pejorativa. Com isso, fake news sobre ONGs que seriam grupos políticos atuando na Amazônia espalham-se rapidamente influenciando milhares de pessoas com mentiras.

As incontáveis fake news circulam através da Web, que proporcionou acesso a informações muitas vezes restritas a biblioteca, livros e outros meios físicos. Com a desmaterialização dos locais de pesquisa, coleções inteiras de clássicos da literatura, trabalhos nas diferentes áreas estão disponíveis a poucos cliques, desde que se tenha algum aparelho com acesso à Internet, saiba manuseá-lo e queira saber realmente o que a ciência diz sobre determinado tema.

O negacionismo está presente nas discussões sobre o formato da Terra, depressão, consumo de drogas, mudanças climáticas, eficácia das vacinas, temas históricos polêmicos. Dessa forma, não importa o objeto de pesquisa, todos aqueles comprometidos com a

democracia, divulgação séria e honesta da ciência precisam se familiarizar com essa discussão.

A revolução da *Escola dos Annales* se fez presente nas pesquisas sobre os crimes nazistas. Ao mudar a ideia de fonte, abarcou os relatos, os bilhetes, o testemunho, as inscrições em pedaços de papel, pedra, madeira. A pesquisa histórica mostrou que um mundo resistente às mudanças pode ser capaz dos mais improváveis atos. E mostrou também as consequências de tais ações.

Irving achou que Lipstadt não iria dar continuidade ao processo, que faria algum tipo de acordo. Para ela, isso estava fora de cogitação. As palavras usadas podem ter sido duras, mas eram verdadeiras. Não porque Lipstadt queria que Irving fosse um negacionista, mas porque o método histórico mostrava suas inconsistências. Se fosse outro historiador, outros especialistas as conclusões seriam semelhantes. A história não pertence à Deborah Lipstadt, a Richard Evans, a Van Pelt, a Browning ou qualquer outro. Mas a todos os que procuram fundamentar seus trabalhos à luz da sua teoria e metodologia.

Em mundo no qual a pós-verdade está cada vez mais presente, fazendo com que o conhecimento científico seja atacado por ir contra as ideologias políticas, crenças identitárias, mitos nacionalistas, é necessário mostrar e popularizar as premissas do conhecimento científico. A história pode ser útil a esse propósito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Pós-verdade*. S.d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade>. Acesso em: 16/01/2023.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O fenômeno da pós-verdade: Uma revisão de literatura sobre suas causas, características e consequências. *Alceu*, 20, n. 41, 2020, p. 35-48.

ATKINS, S. *Holocaust Denial as an International Movement*. Westport: Praeger, 2009.

AVELAR, Alexandre de Sá, Berber BEVERNAGE, Patricia VALIM. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. In: Dossiê – Negacionismos e usos da História. *Rev. Bras. Hist.* 41, n. 87, 2021, p.13-36.

AVILA, Arthur de Lima. *Qual passado usar?* A historiografia diante dos negacionismos (artigo). Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso: 02/03/2022.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-79.

BARNES, Ian. I am a Fascist Writer: Maurice Bardèche--Ideologist and Defender of French Fascism. *The European Legacy: Toward New Paradigms*, 7, n. 2, 2002, p. 195–209.

BBC News Brasil. *A rede de notícias falsas que faz manifestantes bolsonaristas desconfiarem do próprio presidente*, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63494495>. Acesso em: 31/01/2023.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. Tradução Nilo Odália-São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAFÉ HISTÓRIA. *O pouco lembrado ensaio do historiador Marc Bloch sobre fake News*, 2022. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-pouco-lembrado-ensaio-do-historiador-marc-bloch-sobre-fake-news/?fbclid=IwAR2epIOYA->. Acesso: 07/02/2023.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *Por que há pessoas que negam o Holocausto?*(Artigo). In: Café História-história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/por-que-negam-o-holocausto> **HYPERLINK** "<https://www.cafehistoria.com.br/por-que-negam-o-holocausto/>". Publicado em: 30 dez. 2019. Acesso em: 02/03/2022.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O negacionismo do Holocausto na internet:o caso da “Metapedia-a enciclopédia al-ternatica.” *Faces da História*, Assis-SP, 3, n.1, 2016, p. 5-23.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. O Negacionismo do Holocausto: pseudo-história e história pública. *Resgate*, XXII, n. 28, 2014, p. 5-12.

CHARTIER, Roger, *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2002.

CONWAY, Eric M.; ORESKES, N. *Merchants of Doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. New York: Bloomsbury Press, 2010.

DARNTON. Robert. *Os esqueletos no Armário: como os historiadores brincam de ser Deus*. In: DARNTON. Robert. *Os Dentes Falsos de George Washington*. São Paulo: Companhia das Letras. 2005.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. *Anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Campinas, 2007. Disponível em: <https://1library.org/document/yeo3eweq-os-anacronautas-teutonismo-virtual-uma-etnografia-neonazismo-internet.html>. Acesso em: 18/04/2021.

DW. *Dez fake news que rodaram o mundo em 2022*, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/dez-fake-news-que-rodaram-o-mundo-em-2022/a-64200995>. Acesso: 12/02/2023.

DW. *Presidente da Polônia ratifica lei sobre Holocausto*. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/presidente-da-pol%C3%B4nia-ratifica-lei-sobre-holocausto/a-42470330>. Acesso: 23/06/2022.

ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. [S.d.]. *Os protocolos dos Sábios de Sião*. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/protocols-of-the-elders-of-zion>. Acesso em: 21/04/2022.

ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. *Dia Internacional da Memória do Holocausto*. 2019. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/international-holocaust-remembrance-day#panodefundo-0>. Acesso em: 23/06/2022.

ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. *Negação do Holocausto: datas importantes*. 2021. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/holocaust-denial-key-dates#o-que-a-negao-do-holocausto-0>. Acesso em: 18/04/2022.

FIGUEIREDO, N.M.A. *Método e metodologia na pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: Yendis, 2007.

FIOCRUZ. *Combate ao negacionismo historiográfico confronta o obscurantismo que ameaça a democracia, diz historiador*. 2020. Disponível em: <https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1753-combate-ao-negacionismo-historiografico-visa-confrontar-o-obscurantismo-que-ameaca-a-democracia-diz-historiador>. Acesso em: 28/09/2022.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

G1. *Mulher morta após boato em rede social é enterrada em Guarujá, SP*, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-morta-apos-boato-em-rede-social-e-enterrada-nao-vou-aguentar.html>. Acesso em: 11/02/2023.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GROBMAN, Alex. SHERMER, Michael. *Denying history: who says the Holocaust never happened and why do they say it?* University of California Press. Berkeley, Los Angeles, London, 2009.

HOBSBAWM, Eric. Dentro e fora da história. In: HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *Não basta a história da identidade*. In: HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)*. São Paulo. Editora UNESP, 2006.

KRAUSE-VILMAR, Dietfrid. A negação dos assassinatos em massa do nacional-socialismo: desafios para a ciência e para educação política. In: MILMAN, Luís; VIZENTINI, Paulo Fagundes (org.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2000. Disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/brazil/libros/neonazis/cap8.html>. Acesso em: 13/04/2022.

KROPF, Simone petraglia. Negacionismo científico. In: RATTON, José Luiz; SWAKO, José (org.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: Cepe, 2022, p.200-204.

LAQUEUR, Walter (Ed.). *The Holocaust Encyclopedia*. New Haven: Yale University Press, 2001.

LEAL, Bruno. Fake news: do passado ao presente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (org.). *Novos combates pela história: desafios-ensino*. São Paulo: Contexto, 2021, p.147-171.

LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust: The growing assault on truth and memory*. New York: Plume, 1994.

LIPSTADT, Deborah. Irving v. Penguin UK and Deborah Lipstadt: Building a Defense. *Nova Law Review*, Vol. 27, Iss. 2 [2002], Art. 3.

LIPSTADT, Deborah E. *Negação: uma história real*. Tradução de Mauricio Tamboni. São Paulo: Universo dos Livros, 2017.

MAGALHÃES, Luiz Paulo Araújo. *Intelectuais de extrema-direita e o negacionismo do Holocausto: o caso do Institute for Historical Review (IHR)*. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em História, área de concentração relações de poder e cultura, Seropédica, 2019.

MAGALHÃES, Maronilde Dias Brepohl. Neonazismo: o retorno da Intolerância. *Tempo*, 3, n.6, 1998.

MARTINS, Estevão de Rezende. História, verdade, argumento. *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 5-32.

McINTYRE, L. *Posverdad*. Madrid: Cátedra, 2018.

MILMAN, Luis. Negacionismo: Genese e desenvolvimento do extermínio conceitual. In: MILMAN, Luís; VIZENTINI, Paulo Fagundes (org.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. Disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/brazil/libros/neonazis/cap9.html>. Acesso em 18/05/2022.

MORAES, Luis Edmundo de Souza. “A negação existe exclusivamente porque ela é politicamente necessária e, como tal, a fraude é uma condição necessária para o negacionismo”. (Entrevista). In: Café História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-com-luis-edmundo-de-souza-moraes-sobre-negacionismo/>. Publicado em: 18 out. 2021. Acesso: 08/07/2022.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011, p.1-16.

MULVIHILL, Dennise. Irving v. Penguin: Historians on Trial and the Determination of Truth Under English Libel Law, 11 Fordham Intell. Prop. Media & Ent. L.J. 218 (2001).

NAÇÕES UNIDAS –BRASIL. *Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto*. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/169540-dia-internacional-em-memoria-das-vitimas-do-holocausto>. Acesso: 23/06/2022.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (org.). *Novos combates pela história: Desafios-ensino*. São Paulo: Contexto, 2021, p.85-111.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismos históricos. In: RATTON, José Luiz; SWAKO, José (org.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: Cepe, 2022, p.216-219.

NARCIZO, Marcell Coimbra. *A negação da shoah na História: uma análise dos trabalhos “negacionistas” enquanto História e problema da administração da Memória*. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração culturas, fronteiras e identidades, Goiânia, 2012.

NETO, Odilon Caldeira. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. *Antíteses*, 2, n. 4, 2009, p. 1097-1123.

ORSI, Carlos. PASTERNAK Natalia. *Contra a realidade: a negação da ciência, suas causas e consequências*. 1ª edição, Campinas, SP: Papirus 7 mares, 2021.

OXFORD LANGUAGES. *Palavra do Ano-2016*, 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 16/01/2023.

PERINI-SANTOS, Ernesto. Pós-verdade. In: RATTON, José Luiz; SWAKO, José (org.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: Cepe, 2022, p.271-274.

PRADO, Maria Lígia. Defesa do ensino de História nas escolas. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (org.). *Novos combates pela história: Desafios-ensino*. São Paulo: contexto, 2021, p.51-81.

RATTON, José Luiz. Negacionismo. In: RATTON, José Luiz; SWAKO, José (org.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: Cepe, 2022, p.197-200.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTAELLA, Lucia. *A Pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri, SP: Estação das letras e Cores, 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionários de Conceitos Históricos*. 2º.ed. 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

UOL CONFERE. *Covid, vacina e eleições: as mentiras que marcaram o mandato de Bolsonaro*, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2022/12/28/covid-vacina-e-eleicoes-as-mentiras-que-marcaram-o-mandato-de-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 31/01/2023.

UOL. *Bolsonaro deu sete informações falsas ou distorcidas por dia em 2021, indica Aos Fatos*, 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-deu-sete-informacoes-falsas-ou-distorcidas-por-dia-em-2021/>. Acesso em: 31/01/2023.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1988.

WISTRICH, Robert S. (Ed.) *Holocaust Denial: the Politics of Perfidy*. Jerusalem: Berlin; Boston: De Gruyter, 2012.